

A close-up photograph of two hands, one resting on top of the other, set against a background of red fabric with a subtle, repeating pattern. The lighting is soft, highlighting the texture of the skin and the fabric. The overall mood is intimate and supportive.

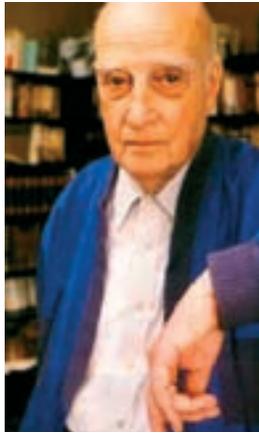
spri
INFORMAÇÃO

**... pero hay los que luchan toda la vida;
esos son los imprescindibles!**

5 outubro

Edição das memórias marca centenário de Gedeão

A publicação das “Memórias” do cientista e poeta Rómulo de Carvalho, conhecido pelo pseudónimo de António Gedeão, marca as comemorações do centenário do seu nascimento, que se assinala a 24 de Novembro, Dia Nacional da Cultura Científica.



***Eles não sabem, nem sonham,
que o sonho comanda a vida,
que sempre que um homem sonha
o mundo pula e avança
como bola colorida
entre as mãos de uma criança***

O programa de eventos foi apresentado pela comissão organizadora das comemorações, constituída por amigos, antigos alunos e familiares de Rómulo de Carvalho, autor de uma vasta obra nas áreas da investigação histórica, ciência, ensino e poesia.

Um dos pontos altos das comemorações será a publicação, em 2007, das suas memórias, até agora inéditas. Trata-se de um manuscrito com cerca de 1100 páginas, que “constitui um notável repositório da experiência de vida pessoal e profissional ao longo de quase um século”, revelou um dos filhos, Frederico Gama Carvalho. Ainda no plano editorial, também em 2007, serão publicados quatro volumes com 25 poemas de António Gedeão traduzidos em inglês, francês, italiano e espanhol, iniciativa que terá o apoio do Instituto Camões.

O programa das comemorações inclui, também, uma exposição – a inaugurar já a 12 de Outubro, na Biblioteca Nacional – sobre a vida e obra do historiador, que desde muito cedo revelou interesse pela investigação e divulgação da ciência, exercendo como professor durante 40 anos, ao mesmo tempo que se dedicava à poesia.

Outra das iniciativas previstas é a instituição do Prémio Rómulo de Carvalho, atribuído pela Universidade de Évora, que irá distinguir anualmente investigadores nas áreas da didáctica e pedagogia do ensino das ciências.

Nascido em Lisboa, Rómulo de Carvalho licenciou-se em Ciências Físico-Químicas pela Universidade do Porto, depois de ter frequentado o Curso Preparatório de Engenharia Militar na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Posteriormente, centrou a sua investigação na ciência do século XVIII em Portugal, sobretudo nas áreas da Física Experimental, Astronomia e História Natural.

Alguns dos seus alunos que integram a comissão organizadora recordam o a personalidade de Rómulo de Carvalho e o seu talento como pedagogo. Através de diversas obras de cariz pedagógico, nomeadamente “História do Telefone”, “História da Fotografia”, “História dos Balões” e “História da Radioactividade”, entre outras, entusiasmou muitos jovens a prosseguirem estudos e carreiras na área das ciências.

Já a viúva, Natália Nunes Gama de Carvalho, revelou que só recentemente teve uma visão mais detalhada do vasto legado deixado pelo investigador e poeta. “Eu que vivia com ele não consigo compreender muito bem como conseguiu tempo para escrever tanto”. ▶

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Adriano Rangel / Ana Alvim

Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

5 de Outubro de 2006: uma data para a história



ABEL MACEDO
Coordenador do SPN

A classe docente portuguesa vive o mais terrível e decisivo momento da sua história. Olhando para trás, situações de retrocesso relativas a direitos adquiridos, só se vislumbram no tempo da ditadura, quando Salazar mandou encerrar as escolas de formação de professores primários e instituiu que, para saber ensinar a “ler, escrever e contar” apenas bastava que alguém soubesse ler, escrever e contar e... fosse mais velho!

Em todos os outros momentos, por menos relevantes que parecessem, sempre se registavam pequenos avanços relativamente à respectiva situação profissional, mesmo que fosse – voltando aos tempos da ditadura – pagar os meses de férias aos professores eventuais da época, até aí arredados desse direito elementar de qualquer trabalhador.

Em 1989 e 1990, após duras e prolongadas negociações – acompanhadas de um intenso processo de luta como, até então, nunca se tinha visto –, os educadores e professores viram consagrada uma reivindicação de largas décadas: o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD).

Governava-se em maioria absoluta e o primeiro-ministro chamava-se Aníbal Cavaco Silva.

Em 1998, no consulado de António Guterres como primeiro-ministro e Guilherme Oliveira Martins como ministro da Educação, com um governo de maioria do Partido Socialista, procedeu-se à primeira revisão do ECD, através de um processo largo e transparente, efectivamente negociado ao longo de mais de um ano, daí resultando um novo documento que, ainda que não merecendo o acordo total da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), avançou em vários domínios relativamente à situação anterior e consagrou alguns benefícios para a classe docente.

Estamos em 2006 e a inefável ministra Maria de Lurdes Rodrigues, num governo de maioria absoluta de José Sócrates, prepara-se para cavalgar sobre tudo o que até agora foi conquistado pelos educadores e professores portugueses, transformando-os de uma penada em simples e desqualificados funcionários administrativos, totalmente à mercê dos ditames economicistas que campeiam por este país, fiéis e obedientes a lógicas normativas controladas pelos lacaios de um Poder cada vez mais ferozmente centralizador.

As propostas já conhecidas – a segunda, ainda pior do que a primeira, vergonhosamente apresentada na primeira reunião dita de negociação, com os sindicatos preparados em torno de uma proposta que já não valia nada... – são claras quanto às intenções governamentais de não deixar pedra sobre pedra deste marco histórico tão duramente conquistado que regula, e configura, o que é, hoje, ser professor e educador.

E o que Sócrates e Maria de Lurdes querem como “professor” não tem absolutamente nada a ver com os profissionais reflexivos, activos, autónomos e intervenientes que hoje somos!

Pela importância deste combate (e o termo aqui é rigorosamente este), nenhum educador/professor pode correr o risco de ficar de fora, esteja ainda no início ou já no final da carreira. Os grandes momentos são aqueles que exigem mais unidade, mais combatividade, mais determinação.

Não é por acaso que, em torno da luta contra as propostas do Ministério da Educação, esteja a registar-se a mais ampla convergência sindical até hoje alcançada. Em conferência de imprensa realizada no dia 11 de Setembro, 13 organizações sindicais – a totalidade delas – afirmaram publicamente a sua unidade e mobilização para a dura luta que se avizinha.

O primeiro grande marco já decidido e anunciado por todas as organizações sindicais é a grande Marcha Nacional dos Educadores e Professores, em Lisboa, no próximo dia 5 de Outubro.

É feriado, mas é também o Dia Mundial do Professor. Que ele fique para sempre associado à maior manifestação de educadores e professores jamais realizada em Portugal! ▶

Nota: As 13 organizações sindicais de educadores e professores presentes na conferência de imprensa referida são: FENPROF – Federação Nacional dos Professores; FNE – Federação Nacional dos Sindicatos da Educação; FENEI – Federação Nacional do Ensino e Investigação; FEPECI – Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Ensino, Cultura e Investigação; ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados; PRÓ-ORDEM – Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem; SEPLEU – Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades; SIPE – Sindicato Independente dos Professores e Educadores; SIPPEB – Sindicato dos Professores do Pré-Escolar e Ensino Básico; SNPES – Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Secundário; SNPL – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados; SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades; USPROF – União Sindical dos Professores.

A maior plataforma sindical docente até hoje constituída sublinhou, em conferência de imprensa (11 de Setembro), que os educadores e professores portugueses estão preparados para uma “luta tenaz”, em defesa da sua dignidade profissional e da qualidade do sistema educativo. As 13 organizações sindicais presentes desmontaram “o conjunto de relevantes aspectos que caracterizam negativamente a abertura do ano lectivo”, em especial o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), cujo arranque não vaticina a negociação “rigorosa, aberta e democrática” que se exige.

Ministério sem soluções propõe liquidação do ECD

A resposta dos professores

No momento em que esta «SPN-Infomação» chega aos leitores, as organizações sindicais estarão a avaliar o processo negocial do ECD e a perspectivar “acções conjuntas que contribuam para levar o ME a abandonar posições que se traduzem numa estratégia de imposição e não de negociação”. Nesta fase, a agenda de acção contempla dois momentos significativos: o Dia Nacional de Luto e de Luta nas escolas (15 de Setembro) e uma Marcha Nacional dos Educadores e Professores, marcada para 5 de Outubro, Dia Mundial do Professor, em Lisboa.

Em documento distribuído na conferência, as 13 organizações sindicais destacam as injustiças, ilegalidades e erros que estão a ser cometidos pelo ME, não só quanto à revisão do ECD, como em matéria de concursos e colocações, serviço docente e encerramento de escolas. “O ano lectivo inicia-se num quadro em que releva a ausência de medidas de fundo que permitam levar por diante o grande combate que se torna necessário: a promoção do sucesso escolar, o combate ao abandono, a elevação da qualidade da Educação e do Ensino, a dignificação dos educadores e professores”. Relativamente ao processo de revisão do ECD, as organizações sindicais lembram que ele foi imposto pelo Ministério da Educação, “sem qualquer avaliação do regime até agora em vigor”, e consideram insuficiente o calendário negocial (até 25 de Outubro), tendo

em conta “não só a complexidade das matérias em questão, mas também a profunda divergência de posições que existe entre as organizações sindicais e o ME”.

Ruptura negocial?

Do documento divulgado, das intervenções e das respostas dos dirigentes sindicais às questões colocadas pelos jornalistas, sobressai uma profunda apreensão e a condenação das práticas do ME, empenhado na “liquidação do estatuto profissional de uma classe que tão arduamente lutou pela sua dignificação e valorização social, sem que se encontre outro objectivo que não o de poupar dinheiro através da redução dos salários dos professores e educadores”. Desde logo, a primeira reunião “negocial” indicou o pior dos cenários – “o ME alterou e/ou completou as suas propostas, conferindo-lhes um carácter ainda mais negativo, não as tendo enviado com antecedência aos sindicatos e entregando-as apenas no final da reunião”...

“As propostas já conhecidas do ME apontam para perdas de milhares de contos ao longo da vida profissional dos docentes, significando uma efectiva redução dos seus salários. Além de que prolongam, também, o congelamento da progressão nas carreiras por, pelo menos, mais um ano, o que é de todo inaceitável”, salienta o documento. A manter-se a inflexibilidade das propostas apresentadas e o desrespeito pelas mais elementares regras da negociação, as organizações sindicais presentes (que integram as quatro mesas negociais do ECD) admitem que, na sequência de nova reunião conjunta, a 21 de Setembro, poderão vir a tomar medidas excepcionais – que, eventualmente, poderão chegar à ruptura negocial –, de maneira a obrigar o ME a mudar de atitude. ▶

José Paulo Oliveira,

jornalista



José Paulo Oliveira

A segunda versão do projecto ministerial de revisão do Estatuto da Carreira Docente mantém, no essencial, as linhas orientadoras e as propostas concretas que levaram a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e a generalidade dos docentes a considerarem esta revisão como um instrumento ao serviço da desvalorização da profissão e um ataque sem precedentes a direitos duramente conquistados ao longo dos anos de democracia.

Plenários distritais no dia 22 de Setembro

5 de Outubro: Marcha Nacional pela Educação

Adriano Rangel / Ana Alvim



Os educadores e professores portugueses vivem um momento que poderá ser decisivo para o futuro da sua profissão. E o próprio calendário de negociação que o Ministério da Educação (ME) pretende impor reforça esta ideia, já que os responsáveis do ministério têm insistido que essa negociação se irá desenrolar durante Setembro e Outubro.

Foi a consciência do que está em causa, e da exigência que um prazo tão limitado de negociação impõe, que levou a Fenprof a definir um plano de acção com um conjunto diversificado de iniciativas de mobilização e de luta dos docentes contra a tentativa de desfiguração da sua carreira e do seu estatuto. É neste contexto que se vão realizar, já no próximo dia 22 de Setembro, plenários de educadores e professores em todas as capitais de distrito, que poderão e deverão ser momentos importantes nesta estratégia de luta.

Mas foi também a consciência de que esta é uma luta que deve unir toda a classe que levou a Fenprof a propor ao conjunto das organizações sindicais docentes uma plataforma reivindicativa em torno de objectivos comuns (ver **Somos contra!**).

Esta reunião de todos os sindicatos em torno da mesma plataforma reivindicativa é inédita na história do movimento sindical docente e representa, só por si, a consciência do momento crucial que a nossa profissão atravessa. Esta plataforma reivindicativa é sustentada, igualmente, em acções e iniciativas comuns, em que todos os sindicatos se encontram envolvidos.

Nesta fase, a iniciativa central é a *Marcha Nacional pela Educação*, que se realiza em Lisboa, no dia 5 de Outubro – Dia Mundial do Professor. Nesse dia, é essencial que muitos milhares de educadores e professores demonstrem a sua rejeição do projecto do ME e afirmem a sua vontade de lutar por uma profissão dignificada e valorizada. O êxito da marcha depende de todos, e todos somos responsáveis por transformar esta iniciativa numa demonstração clara que faça chegar à 5 de Outubro as vozes de milhares de docentes afirmando: *Exigimos respeito!* ▶

Somos contra!

- A criação de categorias hierarquizadas, com conteúdos funcionais distintos, que impediriam o acesso ao topo da carreira de cerca de 80% dos docentes.
- O modelo de avaliação do desempenho, que estabelece quotas e assenta em parâmetros inaceitáveis, como os relativos às taxas de abandono e insucesso escolar ou a apreciação dos pais sobre a actividade lectiva dos docentes.
- A violação de direitos fundamentais, tais como o de maternidade e paternidade, a protecção na doença ou a liberdade de exercício de actividade sindical, entre outros.
- A não consideração do tempo de serviço, designadamente o prestado na actual carreira – no escalão que, para o docente, vier a ser o de transição –, bem como o prestado no ensino particular e cooperativo ou sob o regime de contratação em escolas públicas.
- O efectivo aumento dos horários de trabalho e a tentativa de transferir actividades e responsabilidades atinentes à componente lectiva para a não lectiva.
- As exigências para ingressar na profissão, designadamente os termos em que é previsto o período probatório.
- A generalização da contratação directa de docentes pelas escolas, bem como a revogação dos contratos administrativos e a sua substituição por contratos individuais de trabalho.
- A inexistência de quaisquer consequências positivas na carreira providas da obtenção de graus académicos superiores (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) ou de outras formações acrescidas e pós-graduações.
- A revogação de quaisquer normativos do Estatuto da Carreira Docente, cuja eliminação penaliza os docentes que exercem, entre outros, cargos ou funções políticas ou sindicais.

Estamos em vésperas de uma luta que não será fácil e que, seguramente, será prolongada. Vésperas da luta pela sobrevivência do modelo de professor que fomos construindo ao longo de muitos anos e que assenta na convicção de que somos todos professores, com um saber próprio (o saber pedagógico). Por isso, integrados numa carreira única.

Vésperas de um combate entre esta concepção e o modelo da ministra (da senhora ministra – apesar da má educação que tem revelado para com os professores, devemos manter elevado o nosso registo...), que entende que os professores, na sua generalidade, e por serem malandros, têm que estar vergados ao peso do chicote e ser tratados como meros funcionários, destinando-lhes uma carreira pequenina, ressalvando, contudo, que sempre haverá alguns menos maus para quem será reservada uma carreira maior.



A varinha, a feiticeira ou a luta?

Mas atenção, não basta ser muito bom, excelente, excepcional até, para entrar nesta carreira. É preciso, também, que a senhora ministra deixe. Assim, os geralmente malandros, os regulares, os bons, os muito bons, os excelentes, e até os excepcionais professores, terão uma carreira pequenina; aqueles-outros que a senhora ministra deixar entrar, não por critérios de avaliação do desempenho, mas por cabimento orçamental, esses terão uma carreira mais valorizada.

Para além deste aspecto, que me parece já tão grave, outro existe que mais me preocupa – é que ser professor já não serve para nada, o que importa é mostrar aos pais e a todas as autoridades que cumprimos as ordens, venham elas dos

grandes ou dos pequenos poderes. Quem se portar bem e cumprir todas as ordens, tem hipóteses de subir; quem se atrever a ser só excelente professor, não terá hipóteses nenhuma.

Aos que me acusam de catastrófico, peço que fixem a data em que escrevo este texto (8 de Setembro de 2006). E depois não digam que ninguém vos avisou.

Um puzzle complicado

No debate e na luta, vamos encontrar vários tipos de professores:

- os “incrédulos”, que acusam sempre o sindicato de estar a exagerar;
- os “crédulos”, que acham que o Governo está cheio de boas intenções e, mais a mais, eles serão os bafejados pela sorte;
- os “descrentes”, que acham que não vale a pena lutar, porque, afinal, eles têm a maioria e fazem o que querem;
- os “crentes”, que acreditam em varinhas de condão e em feiticeiras que torcem o nariz;
- e os que nunca se vergarão, porque sabem que está em jogo a dignidade da sua profissão.

Os “incrédulos” são uma espécie bem conhecida da sala dos professores, que acusam os sindicatos de serem exagerados, que acham sempre muito bem todas as medidas moralizadoras, que se marimbam para as lutas sindicais porque nunca é o momento nem a forma certa, mas que, quando lhes chega “o fogo ao rabo” – com perdão por tão plebeia expressão – dizem que os sindicatos não fazem nada e que isto só lá vai com a greve aos exames.

Os “crédulos” são uma subespécie da anterior, com a variante de que estão à espreita de qualquer oportunidade que lhes surja para confirmarem a sua credence. Quando tal não acontece, o “crédulo” em geral não se vira contra o Sindicato, mas mostra-se muito arrependido e diz que nunca mais vou votar nestes tipos (novamente com pedido de perdão por tão plebeia expressão).

Os “descrentes” são muito perigosos, pois abandonam o terreno da luta antes mesmo de ela começar. Desprezam a lenda de David contra Golias porque são muito práticos e não vão em cantigas. Também não têm memória, porque não estavam no terreno da luta (daí não se lembrarem) quando se alcançaram importantes vitórias – que, aliás, sempre os beneficiaram. Mas o mais chocante no “descrente” é que é

Mário David Soares,

direcção do SPN

(membro do Conselho Económico e Social Europeu)

Estamos em vésperas de uma luta pela sobrevivência

do modelo de professor que construímos ao longo de anos.

O combate não vai ser fácil,

e nenhuma solução será

encontrada sem o contributo

de todos. Em condições

adversas, nenhum sindicato pode

negociar se não tiver por trás

a força, o ânimo e a vontade

dos seus representados.

muito lesto a fazer contas ao pilim que perde com as lutas sindicais (mais mil perdões pelas expressões plebeias aqui usadas).

Os “crentes” são uma subespécie dos “descrentes”, mas em versão ao contrário. Não fazem nada porque estão como aquela nêspira que estava deitada a ver o que acontecia. Acreditam que os problemas podem ser resolvidos pela fada-madrinha que chega e, com a varinha de condão, transforma a realidade má em boa. Ou então estão casados com uma feiticeira que, torcendo o nariz, arruma a casa, prepara o jantar e veste os filhos, tudo ao mesmo tempo e sem se despentear. O pior é que lhes acontece o que aconteceu à nêspira – chegou uma velha e disse: olha uma nêspira!, e zás, comeu-a; que é o que acontece às nêspiras que ficam à espera, a ver o que acontece...

Capital de esperança

Os que nunca se vergarão, que lutam mesmo que não vençam, são os que estão sempre atentos e nunca atiram as culpas para cima dos outros; que assumem as suas responsabilidades; que amam, acima de questões de natureza política ou ideológica, a sua profissão e os seus alunos. Mas são, também, muitos outros a quem a ofensa à dignidade profissional faz ultrapassar muitos egoísmos e também alguns preconceitos; que respeitam a memória dos que, antes deles, foram artífices da profissão que abraçaram. São os que querem deixar como legado, aos vindouros, uma profissão melhor do que aquela que encontraram.

É nestes que deposito toda a minha esperança para vencermos esta batalha. Porque nenhuma solução pode ser encontrada sem o contributo de todos e não há nenhum sindicato no mundo que possa negociar em condições adversas se não tiver por trás a força, o ânimo e a vontade dos trabalhadores que representa. Porque tenho na memória grandes batalhas de que saímos vencedores – Lei de Bases do Sistema Educativo (1986); Estatuto Remuneratório da Carreira Docente (1989); Estatuto da Carreira Docente (1990); fim da candidatura (1996) –, aqui expresso a minha confiança em que saberemos vencer os incrédulos, convencer os indiferentes e criar um grande movimento de acção e luta capaz de impedir a concretização do projecto governamental e defender a dignidade da profissão docente. ▶



ilustração pedro lino / isto é

Estatuto? Mas qual estatuto?!

Pois é... A proposta, em segunda versão, apresentada pelo Ministério da Educação à Fenprof, no dia 6 de Setembro, é demasiado má para sequer merecer esse nome. Em variados aspectos, consegue ser ainda mais negativa do que a primeira versão...

Relativamente ao documento divulgado em finais de Maio, há algumas, poucas, mudanças de carácter positivo, mas que o ME aproveitou, como sempre faz no habitual número para a comunicação social, para tentar dar a falsa imagem de que é capaz de ouvir os parceiros e de verdadeiramente com eles negociar. Aí se enquadram, por exemplo, o abandono da intenção de levar a cabo um processo de avaliação do desempenho anual, o abandono da entrevista no âmbito da prova de ingresso na profissão ou a contagem do tempo de serviço já prestado na actual carreira.

Mas mesmo no que respeita a matérias em que houve alterações positivas, elas são minimizadas por aspectos francamente negativos, sendo bom exemplo disso o facto de o tempo de serviço prestado na condição de contratado só ser contado aquando do ingresso na carreira de professor se o docente esteve contratado no ano anterior.

Mas há outras alterações entre a 1ª e a 2ª versões que os representantes do ME não fizeram questão de referir. Ou, isso sim, talvez tenham feito questão de não referir – o que está longe de ser a mesma coisa...

Por que será que, por exemplo, não foi referido que a redacção proposta para o artigo 102º (faltas por conta do período de férias) reduz para cinco, em vez dos actuais 12, o número de dias de falta por ano, só em dia sem actividade lectiva ou durante as interrupções lectivas, e ainda assim sujeitos a autorização prévia?

Mas, enfim, o mais importante não são as diferenças entre as duas versões da proposta do ME. O que nos interessa perceber agora é o que a última versão representa, de facto, no ataque ao actual Estatuto da Carreira Docente – no fundo, à dignidade da profissão.

Destacamos, por isso, algumas das marcas mais negativas da proposta ministerial (ver página seguinte), certos de que, com semelhante panorama de futuro, está nas mãos dos educadores e professores tudo fazerem para combater tão sinistras intenções, empenhando-se e participando activamente nas acções que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – sozinhos ou no quadro da luta conjunta com mais 12 organizações sindicais – prevêem realizar em Setembro/Outubro, designadamente os plenários distritais (22 de Setembro) e a Marcha Nacional de 5 de Outubro.

É feriado. Mas também é o Dia Mundial do Professor. Por isso, ninguém deve faltar. Não podemos faltar! ▶



Inês Rangel

O que propõe o ME

- Revogação de vários artigos, designadamente os respeitantes a concursos e à administração e gestão das escolas.
- Necessidade de aprovação, em **prova nacional de avaliação de conhecimentos e competências**, para poder candidatar-se a um lugar de quadro e ao ingresso na carreira de professor.
- Criação de **quadros de agrupamento**, não esquecendo que alguns agrupamentos têm dezenas de estabelecimentos e que alguns distam da sede mais de 40 quilómetros.
- Criação de **duas carreiras distintas** – uma, inicial, de professor, e outra, de topo, de professor titular, estando associado apenas a esta o desempenho de alguns cargos ou funções, designadamente de coordenação pedagógica, articulação curricular ou direcção de centros de formação, entre outras. Isto significa que um docente com menos tempo de serviço, portanto ainda na carreira de professor, mesmo que manifeste especial aptidão para o exercício de qualquer daqueles cargos ou funções, e tendo a confiança dos seus pares para tal, nunca o pode fazer.
- Criação de um concurso de provas públicas de avaliação e discussão curricular para **acesso à carreira de professor titular**, sendo condição necessária para o acesso a esta última ter 18 anos de serviço, sempre avaliado de bom, no mínimo.
- Criação, nas escolas e agrupamentos, de **lugares de quadro diferenciados** pelas categorias de professor e de professor titular, não podendo estes últimos exceder um terço do total (mas podendo, claro, ficar aquém...).



Inês Rangel

- Estabelecimento de **quotas máximas, no âmbito da avaliação do desempenho**, para atribuição das menções mais altas, que teriam como consequência a possível aceleração na progressão ou promoção e a possibilidade de aceder a um prémio pecuniário. Esta limitação, associada às duas anteriores, visa, sobretudo, impedir uma larga percentagem de docentes de acederem aos vencimentos mais elevados. E, a isto, ainda se pode acrescentar o absurdo de a atribuição das menções “Excelente” ou “Muito Bom” por duas vezes consecutivas levar, respectivamente, a uma redução de 4 ou 2 anos no acesso à carreira de professor titular, mas nada estar previsto para alguém que alterne as duas classificações. Ora, ter um “Excelente” seguido de “Muito Bom”, ou vice-versa, deveria ser mais valorizado do que ter “Muito Bom” duas vezes...
 - Estabelecimento da obrigação de ser avaliado com menção, no mínimo de “Bom”, no período probatório. A obtenção da menção “Regular”, positiva – vai de 5 a 6,9 numa escala de 0 a 10 – determinaria a exoneração imediata.
- Nas restantes situações de avaliação, a obtenção da menção “Regular” não permite a contagem do período avaliado para progressão.
 - A atribuição de menção igual ou superior a “Bom” ficaria dependente do cumprimento de, pelo menos, 97% do serviço lectivo no período avaliado.
 - **Extinção da bonificação para carreira pela aquisição do grau de mestre**, a partir de Julho de 2007, a par da redução das consequências do aproveitamento em cursos de doutoramento.
 - Imediata **extinção do reposicionamento na carreira** pela aquisição do grau de licenciado.
 - Alteração das **reduções da componente lectiva por idade e tempo de serviço**, com a primeira redução a só poder ocorrer aos 50 anos de idade e 15 de serviço e o seu máximo não poder ultrapassar 6 horas, em vez das 8 actuais.
 - Consideração de que os **apoios a alunos** se devem incluir na componente não lectiva de estabelecimento.
 - **Dispensa para formação** que não seja de iniciativa da escola ou agrupamento só pode ser usada em tempo de interrupção lectiva e, de toda a formação obtida, 2/3 da mesma terão que passar a ser na área específica de leccionação. A isto, acresce o facto de uma acção de formação só poder ser certificada com a **assistência dos formandos à totalidade das sessões**.
 - Regras de **transição da actual carreira docente** penalizariam os docentes que estão nos três primeiros escalões, que precisariam de 4 ou 5 anos de serviço para integrarem o 1º escalão da nova carreira.
 - Os docentes dos 8º, 9º e 10º escalões seriam, numa primeira oportunidade, os únicos a poder candidatar-se aos lugares de professor titular que viessem a ser criados, mas as condições exigidas são imensas e todas com **implicações retroactivas**, como, entre outras, terem desempenhado actividade lectiva efectiva em pelo menos quatro dos últimos seis anos escolares, não estarem ou não terem estado nos últimos seis anos escolares na situação de dispensa total ou parcial da componente lectiva, não estarem ou não terem estado na situação de ausência de componente lectiva atribuída e não terem dado, em média, mais de 7% de dias de falta ao serviço nos últimos seis anos escolares. ▶

E como é que não havia de ser?! Depressa e bem, há pouco quem... E não o conseguiu o Ministério da Educação (ME), que melhor teria feito se tivesse dado mais alguns dias para o levantamento das reais necessidades das escolas para o ano escolar que agora teve início.

Primeiro, foi a aprovação de legislação contra tudo e contra todos. Então, foram-nos impostos: o carácter plurianual dos concursos; a ausência de qualquer mecanismo de vinculação de docentes contratados; o carácter restritivo do número e do tipo de preferências a considerar na candidatura; o tratamento desigual, no âmbito das transferências por ausência de serviço e dos destacamentos para aproximação, entre os docentes de concelhos situados nas áreas geográficas de Lisboa e Porto e os que se encontram em escolas de outras regiões; o conceito restritivo e ilegal de necessidades educativas especiais (só situações de carácter prolongado); a colocação em quadro de agrupamento; a manutenção das actuais áreas geográficas dos quadros de zona pedagógica (QZP), muito extensas; a consideração de formações complementares para efeito de cálculo da classificação profissional, ainda por cima de forma desigual, conforme se tratasse de cursos ao abrigo dos artigos 55º ou 56º do Estatuto da Carreira Docente; a possibilidade de suspensão das

Balanço dos concursos: negativo, pois claro!

contratações cíclicas no final do 1º período ou, ainda, a não previsão de apresentação a Junta Médica de todos os candidatos a destacamento por condições específicas. Outros aspectos negativos poderiam, ainda, ser lembrados. Todos contribuindo até para ensombrar alguns aspectos positivos também aprovados, como a manutenção da figura de destacamento para aproximação; a previsão de uma solução definitiva para situações de doença ou deficiência permanente; a colocação dos destacamentos por condições específicas em prioridade que permite a sua real aplicação; ou ainda a consideração do tempo de serviço docente prestado no Ensino Superior.

Poucas vagas e legislação desrespeitada

Depois, aquando da abertura do concurso, o que se verificou?

Pouquíssimas vagas em quadros de escola (QE) e vagas a não recuperar (negativas) em número superior àquelas; escasso número de vagas em QZP, nos quais houve, pela primeira vez, vagas a não recuperar, também em maior número do que as vagas abertas; vagas para quadro de educação especial foram menos de um terço das que seriam necessárias, tendo em conta o número dos docentes destacados naquele segmento em 2005/06, tornando claro que seria mais um ano para esquecer, sobretudo quanto a vinculações, isto é, novos ingressos nos quadros.

Entretanto, a 2 de Junho saíram as listas de colocações dos concursos interno e externo, que resultaram em menos de 21.000 colocações, das quais só 3.151 representaram novos ingressos nos quadros (vinculações) – lembre-se que os candidatos em concurso eram mais de 120 mil, metade dos quais, tendo já lugar de quadro, tentavam a aproximação à residência e a outra metade, constituída por contratados e desempregados, aspiravam ao ingresso num quadro.

E se este contexto era já muito mau, pior ainda foi o desrespeito grosseiro pela legislação, ao comprovar-se que mais de 1.450 vagas de quadro (de escola e de zona pedagógica) libertadas pelos respectivos titulares não haviam sido recuperadas, situação que levou a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) a impugnar judicialmente as colocações, tendo em conta a não assunção por parte do ministério da sua óbvia responsabilidade.

Ministério comprova aforismo

Mas nem em período de férias da esmagadora maioria dos docentes eles puderam ficar sossegados – em 18 de Agosto, e fazendo grande alarde da rapidez e eficiência, o ME publicitava as listas relativas às necessidades residuais (destacamentos, afectações e contratação anual).



Ana Alvim



Ana Alvim

to, obtiveram melhores colocações, em escolas que haviam constado das preferências daqueles, mas onde não tinham conseguido lugar. E isto porque o levantamento de necessidades não conseguiu ser, em muitos casos, suficientemente cuidado e exaustivo.

Fenprof reivindica novos concursos

Lá diz o povo que a pressa é inimiga da perfeição. Ora, reconhecendo a Fenprof, desde há muitos anos, que a colocação de todos os professores em data anterior a 1 de Setembro é essencial para o bom arranque do ano lectivo, também é verdade que 18 de Agosto nada poderia adiantar por comparação, por exemplo, com 25 ou 28 do mesmo mês. Mas que teria sido muito menor o alcance das injustiças resultantes, isso é inquestionável.

Na sequência destas situações, assumindo como sempre a defesa dos interesses dos docentes, e não pondo em causa, de forma alguma, o superior interesse dos alunos, a Fenprof reivindicou do ME a abertura de novos concursos no próximo ano, pois se estamos perante situações de gritante injustiça, ela é ainda muito mais reforçada se o ME, inflexível e irresponsavelmente, mantiver a validade das mesmas para os próximos 3 anos.

E que dizer das colocações nos grupos de línguas, com mais de 400 docentes de QZP por afectar no grupo 300 (Português) e o 320 (Francês) com mais de 400 docentes contratados, quando a formação de muitos dos não afectos era em Português e Francês?

Ou do que aconteceu no grupo 530, que é exemplo absoluto de incompetência (e desperdício, pois claro!). Por exemplo, numa escola secundária do distrito de Viana do Castelo, foram colocados, em 18 de Agosto, 8 docentes no grupo 530 (Educação Tecnológica), dos quais apenas 3 possuíam habilitações adequadas às necessidades da escola. Assim, em 11 de Setembro, aquando das primeiras colocações cíclicas, foram colocados os 5 professores em falta. No entanto, destes, apenas 1 era habilitado para uma das áreas de docência pretendidas. A escola já tem, portanto, 9 professores para os quais não há, naquele estabelecimento de ensino, horas lectivas para lhes atribuir e ainda tem 4 horários do grupo 530 sem professor. É assim que o ME gere os novos grupos de recrutamento! Para 8 horários das diferentes áreas tecnológicas que a escola promove, já foram colocados 13 professores e ainda só foram preenchidas metade das necessidades. E a saga vai continuar...

Se acrescentarmos, ainda, o facto de, fruto de uma absurda previsão de necessidades, estarem a ser feitos, à margem da legislação de concursos, e sem qualquer preocupação de respeito pela graduação dos candidatos, convites a docentes para assegurarem, em muitos agrupamentos verticais e em todas as escolas secundárias, a valência de Educação Especial, designadamente ao nível da intervenção precoce, mais parece que estamos num Estado surreal ou a ter um pesadelo de que temos que acordar depressa... ▶

É verdade que a rapidez não encontra par em nenhuma outra ocasião, pois, desde que o ano escolar passou a ter início a 1 de Setembro (1988), nunca estas colocações foram conhecidas antes de 24 de Agosto. Mas já no que toca a eficiência...

Então não é que o ME resolveu surpreender-nos (ou nem tanto...) e fazer colocações em claro desrespeito pelas preferências dos candidatos?!

Não é engano, não, é mesmo verdade! O ME entendeu colocar os docentes pertencentes a QZP, nos horários entre 8 e 11 horas, por ordem decrescente de dimensão – até aqui, tudo bem, é o que dispõe o artigo 51º do Decreto-Lei 20/2006 – e por ordem crescente dos códigos das escolas. Ora, isto já é claramente contrariado pelo texto legal, que obriga expressamente ao respeito pelas preferências dos candidatos.

Mas ainda não era tudo. Das listas de 18 de Agosto, também resultou a não colocação, em regime de afectação, de mais de 8.800 docentes pertencentes a QZP. Ainda que esta seja uma situação que todos os anos atinge alguns docentes, sobretudo em determinados grupos de docência específicos, nunca os números haviam atingido tal dimensão – só no 1º Ciclo, por exemplo, foram mais de 6.100 os professores por afectar!

Nem seria preciso referi-lo, mas neste caso ficou bem clara a verdade do adágio popular: depressa e bem, há pouco quem! E não o conseguiu o ME, que melhor teria feito se tivesse dado mais alguns dias para a recolha junto das escolas das reais necessidades das mesmas para o ano que se inicia. Se o tivesse feito, não teria tido necessidade, poucos dias depois (31 de Agosto), de fazer uma nova afectação de docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo, que ultrapassou os três mil (2.700 no 1º Ciclo).

Ora, muitos dos candidatos colocados nesta segunda fase de afectação – que a Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE) designou de afectação antecipada –, ainda que todos com graduação inferior aos colocados em 18 de Agosto,

JULHO

- 12. Cimeira das 13 organizações sindicais de educadores e professores, sobre a acção conjunta a desenvolver no âmbito da luta contra a proposta de revisão do Estatuto da Carreira Docente apresentada pelo ME (Lisboa)
- 17. Requerimento de Providência Cautelar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, para suspensão do Despacho nº 13.599/06, de 7 de Junho, que define as regras para a distribuição e organização do serviço docente no ano lectivo 2006/07
- 18. Concentração de professores de Técnicas Especiais frente ao ME (Lisboa)
- 18. Reunião Fenprof/ME sobre os projectos de diploma que versam a reclassificação/reconversão profissional dos docentes declarados “incapacitados” e o regime de contratação a “termo resolutivo” (Lisboa)
- 21. Reunião Fenprof/ME sobre a situação profissional dos professores de Técnicas Especiais (Lisboa)
- 25. Reunião da Comissão Negociadora Sindical (que integra a Fenprof) com a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular, para negociação do contrato colectivo de trabalho do Ensino Particular e Cooperativo (Lisboa)
- 25. Secretariado Nacional da Fenprof (Lisboa)
- 26. Secretariado Nacional da Fenprof (Lisboa)
- 26. Carta à ministra da Educação, a solicitar reunião sobre Educação ao Longo da Vida/Ensino Recorrente
- 27. Conferência de Imprensa conjunta das organizações sindicais sobre as formas de luta conjunta a desenvolver contra a proposta de revisão do ECD (Lisboa)
- 28. Reunião com o secretário de Estado da Administração Educativa sobre várias matérias (Lisboa)
- 31. Reunião Fenprof/MCTES sobre o desemprego no Ensino Superior público (Lisboa)

AGOSTO

- 01. Encerramento do trabalho da Comissão Paritária no processo de aferição da representatividade sindical (Lisboa)
- 02. Conferência de Imprensa da Fenprof para balanço do ano lectivo anterior (Porto)
- 21. Reunião Fenprof/DGRHE sobre colocações (Lisboa)

SETEMBRO

- 04. Secretariado Nacional da Fenprof (Lisboa)
- 05. Secretariado Nacional da Fenprof (Lisboa)
- 06. Reunião ME/Fenprof sobre negociação do ECD (Lisboa)
- 07. Reunião dos Corpos Gerentes do SPN (Porto)
- 07. Reunião SPN/ DREN sobre o Ensino Particular e Cooperativo e as instituições particulares de solidariedade social (Porto)
- 08. Assembleia Geral de Delegados Sindicais do SPN (descentralizada, nas áreas sindicais)
- 11. Conferência de Imprensa conjunta sobre a abertura do ano lectivo, promovida pelas várias organizações sindicais de educadores e professores (Lisboa)
- 14. Conferência de Imprensa da Fenprof sobre a abertura do ano lectivo (Porto)
- 15. Dia Nacional de Luto e de Luta, convocado por todas as organizações sindicais, pela dignificação da profissão docente, contra as propostas de liquidação do ECD e em defesa de um Ensino e de uma Escola de qualidade
- 22. Plenário Nacional de Educadores e Professores (descentralizado, nas capitais de distrito)

OUTUBRO

- 05. Dia Mundial dos Professores: MARCHA NACIONAL convocada por todas as organizações sindicais de educadores e professores (Lisboa)

No dia 22 de Junho, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) celebrou com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) um novo contrato colectivo de trabalho (CCT), entretanto publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 26, de 15 de Julho. O texto da nova convenção introduz alguns benefícios, nomeadamente considerando trabalho nocturno aquele que é prestado entre as 21 horas e as 7 do dia seguinte (Cláusula 38ª - 1).

Nas notas finais, o texto remete para a Comissão Paritária – que só delibera por unanimidade – a definição da ocasião em que o sistema de cooperação com o Estado permite a unificação do estatuto retributivo do pessoal com funções educativas; estabelece, por outro lado, o princípio de que essa unificação só ocorrerá em simultâneo com a qualificação das demais carreiras e categorias de pessoal técnico superior da tabela A.

Entretanto, a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) denunciou o CCT existente com a Fenprof, tendo já sido retomadas negociações para uma nova convenção de trabalho.

Fenprof assinou CCT com a CNIS

O Departamento da Educação ao Longo da Vida (DELV) do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) acompanhou com preocupação o final do ano lectivo anterior, tendo constatado com grande perplexidade que a Direcção Regional de Educação do Norte pretendia, em reuniões efectuadas com responsáveis das escolas, que os cursos de Ensino Recorrente do 3º Ciclo (unidades capitalizáveis) fossem substituídos, neste ano lectivo, por cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA). Também no que diz respeito aos 1º e 2º ciclos iria haver modificações, com a organização dos cursos pelos agrupamentos de escolas.

Se se lamenta que qualquer tipo de alteração se faça em prazos curtos – parece que se tornou moda –, com mais boatos a circular do que informação responsável, mais se lamenta que se altere uma tipologia de cursos por outra sem um esclarecimento rigoroso. Realmente, quem acompanha desde o início a criação e desenvolvimento dos cursos EFA e dos centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (CRVCC) sabe que, mesmo com resultados positivos e trabalho sério e empenhado por parte dos responsáveis por este sistema inovador, muitas dúvidas estão ainda por responder.

Para os mais atentos, será fácil relacionar com o agora sucedido um acontecimento que, eventualmente, terá passado despercebido a muitos professores – a iniciativa “Novas oportunidades”, apresentada por José Sócrates. Propõe-se, por isso, uma leitura atenta do documento no portal do Governo (www.portugal.gov.pt/Portal/PT/), assim como da informação intitulada “*Alargamento das Oportunidades de Aprendizagem ao Longo da Vida*”, que também lá se encontra.

A ambição dos objectivos enunciados justificaria um necessário envolvimento dos que são imprescindíveis para os atingir: os professores. No entanto, isso não está a ser feito com a dimensão desejada, muito pelo contrário. Veremos o que se nos apresenta nos tempos mais próximos, comprometendo-se o DELV a acompanhar esta questão – mesmo com as dificuldades impostas pelas limitações à actividade sindical, procuraremos que o espaço do DELV no site do SPN (www.spn.pt) reflecta esse acompanhamento.

Apontamentos finais

1. Dirigentes do DELV participaram no seminário “*A Aprendizagem ao Longo da Vida e os Desafios do Emprego*”, incluído no Debate Nacional sobre Educação. Estiveram presentes a ministra da Educação e o secretário de Estado do Emprego, que foram questionados sobre os projectos apresentados e os seus reflexos, nomeadamente na actividade dos professores – perguntas relevantes, a que não foi dada nenhuma resposta...
2. A leitura do relato da sessão pode ser feita em www.debatereducacao.pt/dne, sugerindo-se que os interessados participem no debate que ali decorre. O DELV procurará, também, dar opinião sobre as questões colocadas.
3. Registe-se como positivo o facto de, após a entrega, no intervalo da sessão, de um exemplar dos «Cadernos da Fenprof» relativo ao encontro realizado em Novembro de 2004 – que mostra a atenção que dispensamos a esta problemática –, a ministra se ter disponibilizado para reunir com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof).
4. O Grupo de Trabalho da Fenprof, reunido em Julho, decidiu efectuar o levantamento dos problemas causados com as alterações propostas pelo ministério e solicitar à ministra uma reunião para esclarecimento das alterações aos cursos. ▶

Ana Alvim



Ana Alvim

Equiparação a bolseiro: outra vez o economicismo do ME



O despacho, do secretário de Estado da Educação, é fundamentado em razões que têm a ver com as contingências da contenção orçamental, bem como pelo facto de estar em curso a preparação da revisão da carreira docente.

Para o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), estamos perante mais uma medida motivada unicamente por critérios economicistas e que desvaloriza completamente a importância da equiparação a bolseiro como forma de melhorar a formação dos docentes e, por consequência, melhorar a educação e o ensino.

Aliás, esta medida é contraditória com o discurso e as múltiplas declarações de responsáveis do Ministério da Educação (ME) no sentido de sublinharem a necessidade de melhorar a formação dos professores para que se possa combater de forma mais eficaz o insucesso escolar.

A outra razão invocada pelo ME é, também, inaceitável, já que o actual Estatuto da Carreira Docente está em vigor até Dezembro, pelo menos, e as equiparações a bolseiro são atribuídas por ano lectivo (de 1 de Setembro a 31 de Agosto).

Mas a injustiça desta medida atinge, essencialmente, educadores e professores que tinham iniciado o seu doutoramento sem requerer a equiparação a bolseiro, conciliando – com grande sacrifício pessoal e profissional – o trabalho lectivo na escola com todo o trabalho inerente ao doutoramento. Isto é, desta forma, o ME está a penalizar docentes que optaram por um regime de trabalho mais exigente em todos os planos e até menos oneroso para o Estado.

Refira-se, ainda, que, mesmo no caso dos pedidos de renovação da equiparação, o ME fez depender a autorização da assinatura sob compromisso de honra, por parte dos docentes interessados, de que concluiriam o doutoramento no ano em que irão usufruir da equiparação, o que pode condicionar a própria qualidade do trabalho que os professores irão desenvolver.

Por tudo isto, o SPN considera que esta medida, como muitas outras, confirma que, para lá dos discursos e solenes declarações de intenções, o que prevalece na política do ME são critérios economicistas que, objectivamente, desvalorizam o empenhamento dos professores na melhoria da sua formação e do seu desempenho profissional.

Para lá da denúncia pública, o SPN está a apoiar juridicamente os sócios que foram lesados por mais esta arbitrariedade. ▀

O Ministério da Educação determinou a suspensão, durante este ano escolar, dos procedimentos relativos à equiparação a bolseiro, apenas admitindo a sua concessão para os casos de renovação com vista à conclusão de doutoramento ou cujos projectos tivessem sido aprovados pela Fundação da Ciência e Tecnologia ou pela Gulbenkian.

Medidas positivas não substituem subsídio de desemprego

Em reunião realizada no último dia de Julho, José Mariano Gago anunciou à Fenprof e ao SNESup algumas medidas visando o aproveitamento e a qualificação dos recursos humanos existentes no Ensino Superior. As duas organizações reafirmaram, no entanto, que vão prosseguir a batalha pelo reconhecimento do direito ao subsídio de desemprego no sector.

A Federação Nacional dos Professores e o Sindicato Nacional do Ensino Superior levaram ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) muitas situações de desemprego verificadas no Ensino Superior público, devido ao elevado grau de precariedade profissional que afecta um grande número de docentes, ainda sem direito ao subsídio de desemprego. Na oportunidade, as duas organizações reclamaram do ministro medidas concretas e urgentes que possam estancar a vaga de despedimentos que se temia estarem em preparação, por várias instituições, para o início deste ano lectivo. Mariano Gago reconheceu não ser aceitável que docentes com bastantes anos de serviço, com experiência lectiva e tendo realizado numerosos estudos, fossem despedidos devido às exigências da reestruturação do Ensino Superior, informando que, neste sentido,

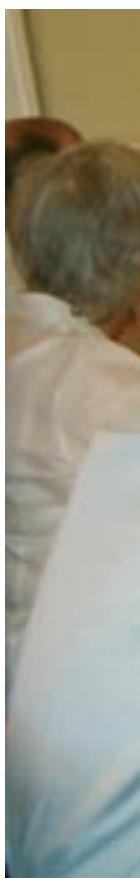
estava a preparar um “programa para a qualificação dos docentes”, visando não desperdiçar os recursos humanos existentes nas instituições de Ensino Superior. O programa seria aplicado no início do ano lectivo, após contacto com as instituições e negociação com as organizações sindicais, tendo como destinatários não apenas os docentes cujos contratos não tenham sido renovados, mas também outros com contrato precário em vigor.

Por outro lado, o ministro mostrou-se disponível para estudar as situações que lhe fossem apresentadas relativas a instituições que atravessassem maiores dificuldades, tendo afirmado que, nos casos em que tal se justificasse, aquelas seriam apoiadas pelo MCTES durante um período de transição.

A Fenprof e o SNESup consideraram positivas as medidas anunciadas e obtiveram a anuência de Mariano Gago para a realização de reuniões de natureza técnica e política com vista à procura de soluções para outros problemas que afectam a situação profissional dos docentes e dos investigadores.

Igualmente, foi considerada positiva a solicitação do ministro para que as duas organizações sindicais passem a transmitir-lhe atempadamente as informações de que disponham sobre situações anómalas, por forma a que o ministério possa considerá-las na sua intervenção.

Apesar de tudo, a Fenprof e o SNESup reiteraram a Mariano Gago que as medidas anunciadas não eram substitutivas do subsídio de desemprego, pelo que iriam prosseguir a sua batalha pelo reconhecimento deste direito, uma vez que, até ao momento, nem o Governo, nem a Assembleia da República legislaram no sentido do exigido por um acórdão do Tribunal Constitucional produzido em 2002. ▀



Distribuição do serviço docente

O Despacho nº 13.599/06, de 28 de Junho, estabelece, entre outras, as regras e princípios a observar na distribuição do serviço docente.

Para esse efeito, devem ser constituídas equipas pedagógicas que integrem os docentes das diferentes disciplinas do ano de escolaridade, que assegurarão o acompanhamento das turmas ao longo do ciclo de ensino.

De acordo com o referido despacho, podem ser atribuídas disciplinas para as quais o docente tenha formação adequada, independentemente do grupo pelo qual foi recrutado. As equipas pedagógicas devem iniciar funções após o período de matrícula dos alunos, desenvolvendo o trabalho de constituição da turma e fazendo a análise do percurso escolar dos alunos.

No âmbito do Conselho de Turma, e para garantir a interdisciplinaridade e uma eficaz articulação curricular, deve ser elaborado o planeamento da leccionação dos conteúdos curriculares, bem como o trabalho a desenvolver nas áreas curriculares não disciplinares.

Quando se revelem necessárias medidas de apoio educativo a alunos dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico ou do Ensino Secundário, as escolas podem dispor dos tempos resultantes da aplicação de tabela anexa ao Despacho nº 13.781/2001, de 3 de Julho, bem como do crédito de horas atribuído à escola.

No caso do apoio educativo a alunos do 1º ciclo, o agrupamento deverá utilizar os docentes que não tenham turma atribuída.

índice de legislação · julho / agosto

JULHO

I Série

04. Lei 29/06

Segunda alteração ao Decreto-lei nº 372/90, de 27 de Novembro, que disciplina o regime de constituição e os direitos e deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação.

12. Portaria 699/06

Aprova as tabelas comparativas entre o sistema de ensino português e outros sistemas de ensino, bem como as tabelas de conversão dos sistemas de classificação correspondentes. Revoga o Despacho nº 27.294/04, de 9 de Dezembro.

14. Portaria 714-B/06

Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a matrícula e inscrição no ano lectivo 2006/07.

Portaria 714-C/06

Fixa e divulga os pares estabelecimento/curso e as vagas para os concursos nacional e locais de acesso ao Ensino Superior para a matrícula e inscrição no ano lectivo 2006/07.

24. Portaria 728/06

Adapta o regime especial de participação em medicamentos aos funcionários e agentes da Administração Pública (ADSE).

31. Decreto-Lei 147-A/06

Procede à 5ª alteração ao Decreto-lei

nº 296-A/98, de 25 de Setembro, que regula o regime de acesso e ingresso no Ensino Superior.

II Série

04. Aviso 7.444/06

Concurso de selecção dos professores das escolas do Ensino Particular e Cooperativo, incluindo as escolas profissionais, para a profissionalização em serviço, ao abrigo do Decreto-Lei nº 287/88, de 19 de Agosto, para o biénio 2006-2008.

10. Aviso

Classificações profissionais.

17. Aviso

Classificações profissionais.

18. Despacho 15.458/06

Calendário escolar para o ano lectivo 2006/07.

21. Aviso 8.177/06

Publicitação das listas de candidatos do pessoal docente do Ensino Português no Estrangeiro.

27. Aviso 19/06/M

Publicitação das listas de colocação dos professores dos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário especializados em Ensino Especial para o ano escolar 2006/07 para a Região Autónoma da Madeira.

28. Despacho 15.932/06

Equivalência para o Ensino Recorrente.

AGOSTO

I Série

09. Portaria 780/06

Altera a Portaria nº 550-B/04, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos artísticos de nível secundário da educação, ministrados em estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos.

Portaria 781/06

Altera a Portaria nº 550-E/04, de 21 de Maio, que cria diversos cursos do Ensino Recorrente de nível secundário, aprova os respectivos planos de estudo e o regime de organização administrativa e pedagógica e de avaliação aplicável aos cursos científico-humanísticos, tecnológicos e artísticos especializados, nos domínios das partes visuais.

10. Portaria 797/06

Altera a Portaria nº 550-C/04, de 21 de Maio, que aprova o regime de criação, organização e gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação das aprendizagens dos cursos profissionais de nível secundário.

11. Decreto-Lei 165/06

Estabelece o regime jurídico do Ensino Português no Estrangeiro.

13. Decreto Regulamentar 13/06

Estabelece as normas técnicas relativas ao concurso para preenchimento dos lugares de docentes do Ensino Português no Estrangeiro.

II Série

28. Lei 47/06

Define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares dos ensinos Básico e Secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares.

30. Portaria 872/06

[MTSS] Aprova o regulamento de extensão dos contratos colectivos de trabalho entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), entre a mesma associação de empregadores e a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) e outros, e ainda entre a AEEP e Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação (SINAPE).

II Série

02. Despacho 16.078-A/06

Exames nacionais de Química.

16. Anúncio 111/06

Estatutos da Universidade Portucalense.

Tendo em vista a atribuição de dispensas para trabalho sindical, realizou-se, em finais de Julho, uma aferição da representatividade das organizações sindicais de professores com base na contabilização do número de associados, comprovado por informação das escolas (descontos directos no vencimento) e documentos bancários (débitos de quotizações).

Estando definido que, para o efeito, apenas seriam considerados os docentes da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário públicos, inscritos em organizações com sede no continente, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – que, no total, conta cerca de 70.000 associados – só pode apresentar 47.500, uma vez que não foram contabilizados os sócios dos sindicatos da Madeira (SPM) e dos Açores (SPRA), bem como os do Ensino Superior (dependente de outro ministério), do ensino particular e cooperativo e das instituições particulares de solidariedade social, e ainda os aposentados, os desempregados e os que pagam quota através de cheque ou em numerário.

Os dados recolhidos – verificados por uma Comissão Paritária constituída por representantes do Ministério da Educação e das organizações – demonstram claramente que os três maiores sindicatos são constituintes da Fenprof: SPGL (18.230), SPN (13.598) e SPRC (10.590). Só depois aparece o maior sindicato da FNE (SPZN, 10.464).

Dos ditos sindicatos “independentes”, o SPLIU é o que apresenta maior número de associados (7.880); todos os outros registam menos de 5.000 e há casos que não apresentaram qualquer sócio (USPROF) ou apenas algumas dezenas: SNPES (24) e SINPROF (65).

Somos o maior sindicato do Norte e o segundo do país

SPN, uma **força** que conta



Adriano Rangel

Processo não compromete unidade

Apesar de este processo ter evidenciado algumas fragilidades que carecem de ser corrigidas, para garantir o rigor e a fiabilidade dos meios de prova, importa sublinhar a sua importância para a clarificação do peso relativo dos (muitos) sindicatos existentes.

A Fenprof tem vindo a denunciar os efeitos negativos desta progressiva pulverização sindical, que, além de prejudicar a imagem que os professores têm de si próprios, retira transparência aos processos negociais e enfraquece a capacidade reivindicativa dos sindicatos no seu conjunto.

De destacar, por outro lado, que o processo se pautou por grande respeito entre as organizações, não comprometendo a unidade que tem vindo a ser construída em torno de um conjunto de acções de contestação ao projecto de revisão do Estatuto da Carreira Docente. Consciente da importância desta luta, e da sua responsabilidade como organização mais representativa, a Fenprof continua a apostar na convergência com todas as outras organizações, em prol da dignificação da imagem social dos professores e do seu estatuto.

Aferição confirma primazia da Fenprof

Como o único estudo sobre representatividade sindical antes realizado (em 1990, por Manuel Braga da Cruz, a pedido do então ministro Roberto Carneiro) já tinha concluído – “a maior federação sindical do País é, sem margem para dúvida, a Fenprof” –, o processo que agora teve lugar prova, uma vez mais inequivocamente, que a Fenprof é a grande estrutura de representação dos professores portugueses. Esta comprovação do que já se sabia, e que o ME não pode ignorar, torna ainda mais absurda a posição da actual ministra, que insiste em alegar que “a agenda da Fenprof não tem nada a ver com a educação”, chegando a afirmar que a Federação está “capturada por um partido político”. ▀

5 de Outubro

também é Dia Mundial do Professor

Em 1966, a Conferência Intergovernamental Especial de Paris aprovou uma recomendação conjunta OIT/UNESCO relativa à situação do pessoal docente.

Pela primeira vez, os docentes de todo o mundo dispunham de um instrumento que define as suas responsabilidades e afirma os seus direitos. E, ao adoptarem a recomendação, os países subscritores (Portugal incluído) reconheciam a importância de contar com educadores e professores capacitados, qualificados e motivados. Posteriormente (1994), para chamar a atenção pública sobre o importante papel que os educadores e professores desempenham na sociedade, a UNESCO instituiu o 5 de Outubro como Dia Mundial do Professor.

Este ano, a celebração é particularmente significativa, porque assinala o 40º aniversário da aprovação da recomendação OIT/UNESCO. O tema volta a ser Docentes de Qualidade para uma Educação de Qualidade.

Em Portugal, o Dia Mundial do Professor vai ser marcado por uma grande jornada de luta dos educadores e professores. Isto, porque o Ministério da Educação permanece numa ofensiva sem precedentes ao seu estatuto profissional.

Assinalando este "2 em 1", nas páginas seguintes, o secretário-geral da Fenprof ensaia uma breve reflexão sobre o que significa ser professor hoje e, do ensaio para o terreno, duas professoras testemunham esperanças e desilusões de uma vida consagrada à profissão.



Ser professor hoje

Paulo Sucena,
Secretário-geral da Fenprof

Ser professor exige uma face reflexiva, interventiva e reivindicativa. Mas também a consciência de que o perfil profissional se constrói e reconstrói com a problematização de questões e a produção de respostas sobre o contínuo movimento da História.



Adriano Rangel

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, 1986) consagra alguns princípios gerais sobre a formação de professores dos ensinos Básico e Secundário, designadamente:

- “formação integrada, quer no plano de preparação científico-pedagógica, quer no da articulação teórico-prática”;
- “formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e actuante”;
- “formação que favoreça e estimule a inovação e investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa”;
- “formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem”.

A leitura crítica destes princípios aponta, desde logo, para uma concepção de professor como intelectual portador de vasta e variada preparação científico-pedagógica, enriquecida nos campos da prática, da investigação e da inovação.

Produzida e aprovada num tempo em que já se havia dado a massificação do sistema educativo e a consequente explosão numérica do corpo docente, a LBSE reflecte essa realidade e traça um perfil de professor com um grau de exigência considerado adequado a quem tem de trabalhar com uma população estudantil muito diversificada, não raras vezes com comportamentos anti-sociais que impõem rigor e seriedade nos critérios de selecção.

Exercer a autonomia profissional

Deste modo, a Lei de Bases possibilita que a docência seja exercida por “profissionais reflexivos, que devem deter os meios de controle sobre o seu próprio trabalho, no quadro de uma maior responsabilização profissional e de uma intervenção autónoma na organização escolar” (António Nóvoa). Até porque “um mundo novo exige um novo ensino, um novo aluno e um novo tipo de mestre” (Rui Grácio); um mestre capaz de suscitar no aluno “a vontade e a capacidade de transformar o mundo”; um mestre muito para lá do missionário ou do simples transmissor de informação; um mestre que deve, como pretende Nóvoa, assumir a sua autonomia – mas não como forma de individualismo absoluto, exercida numa sala de aula encarada como impenetrável torre de marfim.

Tal, seria pensar que a renovação e inovação da/na Escola se alcançaria com o esforço solitário de cada professor, quando a realidade mostra que aqueles caminhos apenas são passíveis de serem trilhados com proveito individual, e da comunidade, se construídos colectivamente, sob impulso de um projecto plural.

Quando visionamos a renovação e a inovação que os diferentes contextos sócio-económico-culturais exigem, associamo-las substancialmente à autonomia das escolas, o que não significa que posterguemos a autonomia individual do professor. Aliás, quanto mais vasta e variada for a participação de cada professor no projecto colectivo, mais rica será a autonomia da sua escola; e quanto mais autónoma for uma escola, mais possibilidades de autonomia dá a cada um dos professores. +

Esta autonomia profissional também se demonstra através da capacidade de pensar, planificar e executar procedimentos e de decidir, a cada momento, de forma comprovadamente criteriosa. O que exige do professor uma ampla e diversificada argúcia perceptiva, acompanhada do poder de engendrar permanentemente atitudes, gestos e comportamentos relacionais mais ajustados.

Deste ângulo, como Torres Santomé, perspectivamos a necessidade de um “professor como investigador” que deverá redefinir constantemente “a sua prática à luz das próprias ideias e ideais”, assente naquilo a que se chama “cultura profissional” dos professores – o acervo de conhecimentos, técnicas, valores e linguagens cuja amplitude e profundidade, aliadas a rigorosa e eficiente utilização, mostram a qualidade profissional do docente.



Adriano Rangel

Questionar a pedagogia

Ser professor hoje obriga, também, a que os profissionais do ensino não se deixem enredar pela crise que abala a Escola e o sistema educativo, fruto de erros, incoerências e incúrias da política educativa dos últimos anos, e se assumam como imprescindíveis agentes de mudança, e não como reprodutores mecânicos de práticas empíricas.

Na verdade, nenhum professor que encare com rigor as exigências da sua formação científica e profissional, e que busque com afinco as melhores respostas para as inúmeras e complexas questões de ordem científica, pedagógica, sociológica, ética ou outra, pode permitir que desqualifiquem a sua profissão ou lhe ocultem os seus parâmetros científicos. Por isso, para que sejam os melhores a responder às exigências de ser professor hoje, é necessário que os docentes não sejam pagos “a preço de saldo” (Rui Grácio).

Ao professor de hoje pede-se que encare o pensamento pedagógico não como mero acervo de

técnicas de intervenção, mas como um pensamento científico. Deste modo, uma das mais relevantes tarefas que se colocam aos professores, no domínio teórico, é a de questionarem a própria pedagogia, no sentido de a interrogarem explicitamente e de não a aceitarem como mera história da pedagogia, alicerçada nas ideias dos grandes pedagogos – aquilo a que se costuma chamar tradição pedagógica. Não é a aceitação existencial da tradição – do que se tornou institucional – que se pede ao professor de hoje. Pelo contrário, o que se lhe aponta são os fascinantes caminhos da inovação. De outro modo, do que se trata aqui não é do professor enquanto sujeito formal de conhecimento, mas de um profissional com consciência histórica, porque a sua relação com os outros também é fundamentalmente histórica.

Formação contínua adequada e de qualidade

Tendo apontado alguns traços para um perfil de professor, tenho consciência de que a sua concretização depende de muitos factores, de natureza política e não só, que se reflectem no sistema educativo e na Escola.

Citando Rui Grácio pela última vez: os tempos de hoje determinam que os professores sejam exigentemente seleccionados, o que implica uma formação contínua adequada e de qualidade e, simultaneamente, que o poder político transforme a Escola, selectiva e centrífuga, numa “oficina onde a experiência se devia ordenar, ou aceitar que se ordenasse, de maneira a garantir a cada um, no encontro com o real e com os outros, o encontro de si mesmo; ou melhor, o constante reencontro, a intérmina reconstrução de si mesmo, pois que o Eu não é um dado, mas uma conquista, uma reconquista incessante. De qualquer modo: a oficina onde se forja a autodeterminação de um destino pessoal para satisfação própria e o proveito do bem comum”. ▸

Incluo-me no grupo dos muitíssimos professores que se sentem vilipendiados neste momento. Fui estudante na época salazarista e comecei a minha carreira em plena época marcelista. O 25 de Abril, trazendo consigo a esperança da transformação profunda da sociedade, apanhou-me nos primeiros anos de vida profissional.

No que diz respeito à Educação, o 25 de Abril trouxe a esperança da democratização do ensino: igualdade de acesso e qualidade para todos. Mas temos de perceber que ensino massificado não pode ser ensino indiferenciado. A Escola tem de ser para todos e não pode ser local de aprofundamento de desigualdades e gerador de exclusão. Isto só se consegue facilitando percursos diferenciados para que cada um tenha oportunidade de descobrir e seguir o seu caminho, de se valorizar a nível de conhecimentos a adquirir e desenvolver aptidões para desempenhar o seu papel na sociedade. E não devia

haver qualquer hesitação em fazer da Escola Pública a verdadeira academia da democracia.

O 25 de Abril foi o reacender da motivação dos professores e da sua valorização como agentes fundamentais na transformação da sociedade. Compreendeu-se que o trabalho dos professores muito pode contribuir para o progresso da sociedade. Como afirma Augusto Cury, “os professores educam a emoção e trabalham nos solos da inteligência para que os jovens não adoeçam na sua mente, não se sentem nos bancos dos réus, não façam guerras”.

Queremos ser tratados com respeito

Maria José Gonçalves,

Direcção da Área Sindical de Amarante

Os professores sentiram redobrar o orgulho na sua profissão, cada vez mais conscientes de serem arquitectos da personalidade, construtores, exploradores e veículos de expansão do conhecimento. Dia após dia, foram reivindicando, e conseguindo passar a lei, direitos que lhes eram devidos e deveres que lhes eram exigidos, não nos podendo esquecer do Estatuto da Carreira Docente, conseguido depois de tão longas negociações e de tantas formas de luta.

Hoje, passados 32 anos de Abril, reina entre nós o desencanto, o desalento, a mágoa, a humilhação pelo desprezo a que políticos que, nos seus belos discursos retóricos, se dizem apaixonados pela educação, nos têm orquestradamente votado, quer legislando na frieza dos seus gabinetes, quer



Adriano Rangel



através da minoria dos seus fazedores de opinião. Não se pode tratar os professores como um número, com a gélida racionalidade de um “deve-e-haver”, como uns “mente captus”, cuja opinião e experiência nada conta e que não vale a pena ouvir.

Vêm-me à memória palavras do poeta José Gomes Ferreira: *E foi para esta farsa / Que se fez a revolução de Abril, capitães, / Ao som das canções de Lopes Graça? / Foi para voltar à fúria dos cães, ao suor triste das ceifeiras nas searas? +*

O desprezo em nada contribui para valorizar a educação e minora a sociedade. Qualquer cidadão esclarecido e de espírito aberto à democracia não duvida, um só segundo, que para haver um bom nível de educação tem de se dar aos professores acentuada respeitabilidade social.

Não estamos contra a modernização e a mudança (que se façam muitos Abril...). Não somos uma classe parada no tempo – como seria isso possível se somos nós que estamos sempre em contacto com os mais jovens e que estão em renovação permanente?!

Sabemos que, além do rigor científico, pedagógico e didáctico, que temos de usar no tratamento das matérias que ensinamos, devemos também ser transmissores de valores e de princípios fundamentais da vivência em sociedade.



Adriano Rangel



É a nós que, no dia-a-dia, chegam alegrias, sonhos, ambições, dores, frustrações, pedidos de compreensão e de ajuda de muitíssimos portugueses. E estamos lá no momento certo. Somos os primeiros a procurar solução para problemas de origem muito diversa. Só não dá conta do que fazemos e do desgaste que temos quem tem má-fé ou anda muito distraído. Talvez seja porque o nosso trabalho é feito longe das luzes da ribalta, no silêncio de uma sala de aula, de um gabinete de directores de turma, num gabinete de apoio psicológico, na nossa casa e, muitas vezes, na agitação de noites de insónia à procura de soluções para tantos problemas.

Não nos revemos como privilegiados, mas também não queremos ser tratados como os inimigos a abater, nem tão pouco queremos a mendicidade.

Queremos, somente, ser tratados com respeito.

Queremos ter condições de trabalho que facilitem o contacto com cada aluno, como um ser único e no seu direito de receber o que a si só é devido.

Queremos espaços e momentos propícios à reflexão, ao estudo, à troca de saberes e experiências que só quem trabalha nesta profissão sabe quão importantes e necessários são. Queremos que a qualidade da nossa formação científica, didáctica e pedagógica não baixe de nível. Não abdicamos de ser agentes privilegiados do Saber, da Cultura, da Construção do Ser. Queremos continuar a ser alavancas de progresso.

Queremos continuar a sentir orgulho na nossa profissão.

Não queremos que a Escola Pública seja desbaratada – ela é um direito de todos os portugueses e nós estamos dispostos a lutar pela preservação da sua qualidade.

Nenhum professor se deve sentir só, esmagado pela falta de respeito e desconsideração com que alguns nos tratam. Nenhum professor se deve deixar desmotivar pela tentativa que alguns estão a fazer para perdermos o nosso prestígio social e a nossa identidade profissional.

Não devemos permitir que se espalhe a ideia que somos todos árvores a abater. Tenhamos a coragem de provar que não se pode confundir uma floresta com algumas árvores.

Devemos defender a importância da nossa profissão numa sociedade que não queremos ver despojada de valores humanistas.

Se formos unidos, podemos dar aos que nos querem menosprezar uma lição magistral, dizendo-lhes basta! Nós somos os que temos as ferramentas para educar, inspirar e mudar Portugal! ▀

Sou professora do quadro da zona pedagógica de Bragança, com 26 anos de serviço completados em 22 de Janeiro de 2006. Fui apunhalada pelas costas!

Durante anos a fio calcorreei a pé, à boleia, de carro, de comboio, as escolas do distrito. Neste momento, a minha vida é um deserto onde o próximo poço com água – a escola onde fui colocada – se situa a cento e muitos quilómetros da minha casa.

Sou professora, mãe, esposa e uma cidadã exemplar, pois tenho cumprido com brio e uma dedicação extrema a profissão que abracei com ânimo. O país deve-me muito mais do que me paga. É com um brilhinho nos olhos que recebo em casa os meus antigos alunos, já homens e mulheres com filhos, aos quais eu ajudei a acreditar que vivíamos num país justo e fraterno e que era preciso acreditar que o trabalho e a dedicação são recompensados. Eles e elas não esqueceram as minhas palavras.

É crime ser professora?

Abraçei a minha profissão, entendo agora, com exacerbado amor, carinho e dedicação. Hoje, estou desiludida e farta deste país que nada me dá em troca.

Vou fazer 50 anos, e durante todos estes anos tenho-me deslocado com os meus filhos às costas, para poder ajudar a dar uma vida digna aos meus e aos filhos dos outros. Como prémio pela minha dedicação, nunca tive possibilidade de gozar as minhas férias como qualquer funcionário o faz, com a tranquilidade que me permitisse “descansar” – onde será que vou parar no próximo ano?

Uma vida inteira a aguardar com impaciência, sofrimento, angústia e nervosismo a minha sentença (colocação). O ambiente familiar sempre dependente da sentença que me seria imputada pelos meus crimes.

Passados 27 anos, a minha angústia transformou-se no pior dos pesadelos. A sentença está ditada e a pena pelos meus crimes (a minha culpa) foi o desterro a cento e muito quilómetros durante 3 anos, sem poder apelar a qualquer instância. E 100 quilómetros de estrada em Lisboa não são 100 quilómetros de estrada em Bragança...

De que me acusam?

É crime ser professora do 1º Ciclo e ter 26 anos de serviço? É crime ter ajudado centenas de crianças a transformarem-se em cidadãos de corpo inteiro, letrados e responsáveis? É crime ser velha?

De que me acusam, sem sequer me ouvirem? Quero ajuda psicológica, já!

Será que me condenaram por ser professora do 1º Ciclo, uma das que nada faz, que ganha bem e está de férias todo o ano? As centenas de alunos que sempre amei e amo poderão responder por mim. Se é por sermos “todos” uns vadios e uns parasitas, por que é que os pais (eu também sou) continuam a enviar os filhos para as mãos destes parasitas como eu?

Será que o juiz que me condenou e lavrou em acta a sentença sabe quantas cabeças cheias de piolhos eu lavei? Quantos quilómetros de unhas sujas e imundas cortei... Quantos livros para os alunos comprei do meu bolso... Quantos lápis, quantas borrachas, quantas canetas... Quantos alunos levei ao médico no meu carro e voltei a levar à aldeia fora de horas, sempre fora de horas?

Eu não fui só professora. Fui médica, enfermeira, conselheira, amiga, jardineira de espaços degradados. Fui palhaço, fui técnica de informática, por vezes... Muitas vezes, mãe e confidente dos meus alunos. Nunca pedi a ninguém que me desse formação sobre aquilo que eu implicitamente sabia que devia fazer. Estou destrozada, um farrapo humano. Estou indignada com este país, ao qual tenho dado todo o meu esforço, toda a minha capacidade de trabalho, todo o meu voluntarismo, toda a minha dedicação.

Estou cansada de fazer sofrer a minha família, ano após ano, de a ter abandonado quando mais precisaram de mim. Estou farta de, ao contrário das famílias que não sabem o que hão-de fazer aos filhos nas pausas lectivas, eu não saber o que hei-de fazer durante os espaços lectivos.

Estou farta de andar a reboque das vontades políticas e de ser carneirinho obediente. Estou farta de pagar as crises para que não contribuí. Estou farta de ser humilhada na comunicação social e pelos mandantes deste país. Em todas as profissões há maus e bons profissionais. Mas qual é o prémio por tentar ser boa? O desterro!... Com que forças, com que motivação vou enfrentar os meus alunos, se estou doente, triste, amargurada e desiludida com tudo e com todos?

Acabaram todas as minhas ilusões. Eu não sou ninguém – sou um farrapo que tem de pagar as crises que os outros criam e fazem.

Votamos em quem? Nos que nos pisam, aniquilam, humilham, matam... Vós não sois nada... Nada!

Peço uma explicação, uma justificação para o pesadelo que estou a viver, eu e a minha família. Quero acordar um dia e ver que o sol brilha também para mim, que voltei a ser um ser respeitado e com direitos e que valeu a pena ter dedicado uma vida à minha profissão.

Eu não sou uma criminosa. Sou professora do 1º Ciclo! ▶

**Maria Eugénia Rodrigues
de Sampaio e Melo,**

sócia do SPN nº 17.726

“Que Estatuto? Que Carreira? Que resposta dos professores ao projecto neoliberal para a Educação?”

Com a sala cheia e uma plateia atenta e participativa, Mário David Soares correspondeu plenamente ao esforço da Direcção da Área Sindical – e ao seu próprio, encontrando espaço numa agenda sobrecarregada – para a realização de um debate que já fora adiado por coincidir com uma manifestação nacional entretanto convocada pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof).



*Carlos Midões,
Direcção do SPN*



Mais do que dar respostas às questões colocadas pelo tema em debate, Mário David Soares – membro do Conselho Económico e Social Europeu (representando a CGTP em Bruxelas) e também da Direcção do SPN e do Secretariado Nacional da Fenprof – conseguiu que os presentes, professores e não professores, se interrogassem sobre as tentativas de diversos poderes para traçarem “modernos” caminhos, que, a partir dos seus gabinetes, permitiriam levar a bom porto a barca da Educação, não fora um grupo de “maldizentes e defensores de interesses corporativos” (leia-se, a Fenprof) dificultar esse objectivo.

Apresentando, na parte inicial do debate, as linhas por que passa hoje a mercantilização da Educação, os meios utilizados e as consequências, muitas vezes não directamente perceptíveis, para muitos cidadãos, professores incluídos, Mário David suscitou na assistência dúvidas pertinentes, propostas de caminhos alternativos e, fundamentalmente, a tomada de consciência de que a luta terá de começar hoje, por muito difícil que pareça combater adversários poderosos.

Os acordos globais que, sob a égide da Organização Mundial do Comércio, protegem estratégias de conhecidas multinacionais, e mesmo de Estados, foram referidos, tendo sido evidenciada a linha, actualmente em voga, de ataque à Escola e à Educação públicas como um direito universal e um bem público – ao qual todos têm o direito de aceder em condições de igualdade.

A crescente privatização da Educação e a venda de serviços que libertam os Estados de despesas, dos mais banais aos mais sofisticados, foram também analisados, e Mário David citou exemplos de situações em países que seguem, ou seguiram, algumas destas estratégias de “desenvolvimento”.

Contra a Escola, privatizar...

As “costas largas” da chamada globalização surgiram quando se passou a debater o nível mais particular do ponto em que se encontravam as “negociações” para a revisão do Estatuto da Carreira Docente, ou a falta de vontade política do actual Governo (e dos anteriores) para inverter consistentemente os números do analfabetismo, do insucesso e do abandono escolares, quando há mais de 30.000 professores desempregados. A velha questão do défice público e das exigências da Comissão Europeia vieram à baila, e do computador portátil do Mário David lá surgiram dados não muito abonatórios para as recentes políticas educativas.

Enfim, concluiu-se que muito se critica a Escola para, de seguida, se pedir “mais escola”, de preferência com investimentos privados ou público-privados – as famigeradas parcerias. Viu-se o que se passou com a oferta de serviços para o Inglês, a Educação Física e outras disciplinas, no 1º ciclo. A mudança do paradigma de objectivos cognitivos e atitudinais para o paradigma das competências (ao serviço da economia) também foi a florada, tal como o reflexo produzido na carreira docente por essa mudança de paradigma, sub-repticiamente introduzido no sistema escolar regular. E mais tempo houvera, certamente muitas outras questões seriam abordadas.

Os professores que se deslocaram ao Auditório da Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim concluíram que se quer mudar completamente as regras do jogo, sob a batuta de um modelo económico de desenvolvimento que noutras paragens não produz bons resultados. Os restantes presentes reconheceram que a luta conduzida pela classe docente faz sentido e que, se vencer, permitirá aniquilar um projecto prejudicial, não só para os professores, mas principalmente para os jovens e adultos que estão nas escolas. Só por isto, o debate valeu a pena! ▶



Adriano Rangel



Em memória de Manuel Lopes

O director da Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim não assistiu ao debate. E não nos acompanhará mais.

Como era costume, sempre que pudesse, Manuel Lopes estava nas nossas sessões no auditório da “sua” biblioteca. Desta vez, estranhei a sua ausência.

Fez lá falta a sua inteligência, o seu espírito crítico, mesmo aquela personalidade de trato difícil em muitas alturas – mas sempre disponível: quando se realizou, na Póvoa, o 3º Congresso do SPN, poucas semanas depois de termos inaugurado a delegação, Manuel Lopes aceitou acompanhar pessoalmente os nossos convidados na descoberta da História e da Cultura, que tão bem conhecia, da terra a quem tudo deu.

Subi bastantes vezes as escadas da biblioteca para lhe perguntar “O que achas?”, e tínhamos muito orgulho pelos elogios que fazia à nossa actividade sindical.

A gente da minha geração, que se empenhou politicamente à esquerda, muito lhe deve. Ficamos todos mais pobres. ▶

C.M.



CGTP-IN apresentou
Plataforma
Reivindicativa para 2007

Movimento sindical empenhado na luta pela valorização do serviço público de Educação

José Paulo Oliveira,
jornalista

Nesta perspectiva, a CGTP reclama, entre outras preocupações: a melhoria do Ensino Básico, com a criação das condições necessárias ao efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória; o aumento da população certificada com o Ensino Secundário, garantindo a frequência generalizada e o sucesso nos cursos gerais e tecnológicos, conferindo igual dignidade a ambos; e o alargamento do Ensino Profissional à escola pública.

Processo de Bolonha é positivo, mas...

Noutro ponto da plataforma, apresentada publicamente no dia 7 de Setembro, a Intersindical aborda os desafios de Bolonha, concluindo que “a concretização do processo constitui um passo positivo quanto ao reconhecimento das qualificações e da mobilidade no espaço europeu, mas poderá também constituir um meio para diminuir as responsabilidades de financiamento do Estado e transferir para as famílias custos significativos do sistema de educação”.

“O resultado poderá ser a dificuldade de muitos estudantes poderem prosseguir os seus estudos, pelo agravamento de custos que não poderão suportar nos níveis mais elevados do ensino superior”, alerta a CGTP, chamando a atenção para que “o défice de formação dos portugueses poderá deste modo agravar-se nos próximos anos, com nefastas consequências em termos da empregabilidade dos jovens e do desenvolvimento”.

As reivindicações da CGTP-IN, que abarcam a reforma da Segurança Social e da Administração Pública, obedecem aos objectivos gerais “de fazer convergir o nível de vida com a média da União Europeia, apoiar a família e melhorar os rendimentos mínimos e, ao mesmo tempo, garantir, valorizar e efectivar os direitos dos trabalhadores, tudo isto num quadro de desenvolvimento económico e social” que dê prioridade ao sector produtivo e valorize a força de trabalho. ▸

A aplicação de medidas que efectivamente “contribuam para a democratização da escola e do acesso à educação”, designadamente através da concretização de um plano nacional de combate ao abandono e insucesso escolares, é um dos enfoques da Plataforma Reivindicativa para 2007 apresentada pelo Conselho Nacional da CGTP.



José Paulo Oliveira

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) considera que a valorização do serviço público de educação e a acessibilidade da Escola Pública a todos constituem factores essenciais de igualdade de oportunidades e de desenvolvimento económico e social do país.

No entanto, a central sindical sublinha que “o abandono precoce e o insucesso escolar atingem em Portugal as taxas mais elevadas da União Europeia, continuando a verificar-se a entrada de jovens no mercado de trabalho com formação e qualificação muito baixas” – “os cursos profissionais e tecnológicos têm uma baixa frequência”, subsistem “problemas graves ao nível de algumas disciplinas, como o Português e a Matemática” e “as áreas científicas e tecnológicas são subvalorizadas”, pode ler-se no texto.

Matemática: para quando a acção?

No âmbito do Plano de Acção para a Matemática, o Ministério da Educação (ME) concebeu cinco acções, divididas em 14 medidas que contemplam um conjunto de áreas e que visam contribuir, de forma estruturada, para o combate ao insucesso que se vem registando na disciplina.

Do anúncio público deste plano, realizado com grande pompa e muita circunstância, ficou a ideia de que talvez houvesse propaganda em excesso – soou a mais um dos anúncios “comerciais” em que este Governo tem sido tão eficaz.

Confrontados com o anúncio ministerial, os professores e as escolas desconfiaram, mas meteram mãos ao trabalho. No entanto, algum tempo depois, surgia a primeira confirmação de que algo não estaria bem. Após ter dito na televisão que as escolas poderiam, inclusive, aumentar o número de docentes da área e contratar especialistas, eis que a ministra dá o dito por não dito e afirma que, afinal, não será bem assim – as escolas terão, isso sim, uma oportunidade para gerir melhor os recursos que já possuem.

Este pequeno-grande detalhe veio fazer toda a diferença, porque, com as novas formas de organizar a componente não lectiva, as escolas têm pouco campo de manobra para inovar – no fundo, o plano proposto às escolas e aos professores limitava-se, então, a duas coisas: oportunidade de conseguir mais recursos materiais e encontrar uma forma diferente de gerir a componente não lectiva dos professores.

Durante Junho e Julho, os professores de Matemática envolveram-se num processo há muito necessário e exigido pela nossa escola: reuniram-se, reflectiram sobre as práticas, analisaram resultados e elaboraram um conjunto de indicadores para perceberem com que realidade estavam a lidar.

O passo seguinte foi procurar perceber como seria possível melhorar o trabalho na disciplina, obtendo com isso mais sucesso. Foi um processo duro e trabalhoso, mas que, no fim de Julho, estava a caminho do Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), via e-mail.

Em Agosto, muitas e muitas escolas foram contactadas no sentido de fornecerem um ou outro dado, havendo algumas que foram mesmo “convidadas” a enviar tudo novamente, uma vez que o primeiro envio se tinha perdido na rede...

Desde então, e até ao momento em que estas linhas são escritas – primeiro dia previsto para o arranque do ano lectivo –, as escolas e os professores não obtiveram qualquer resposta. O arranque do ano lectivo e todo o trabalho inerente, nomeadamente a organização dos horários, teve que ser feito sem qualquer resposta do ME, o que levantou grandes dúvidas e muitas angústias nas escolas de todo o país.

E agora?, foi a pergunta que todos fizeram.

Agora, era suposto o ME dizer qualquer coisa, mas o Sr. Pedreira, o Sr. Lemos e a D. Lurdes Rodrigues devem andar mais preocupados em formatar a acção de propaganda que vai ser o arranque do ano lectivo.

Mas se, entretanto, surgirem respostas aos projectos apresentados, as escolas deverão fazer o quê? Parar tudo e reorganizar todo o trabalho? Ignorar o projecto? E se os níveis de insucesso se mantiverem altos, quem se vai responsabilizar?

As portas das salas de aula vão abrir-se. Quanto ao Plano de Acção para a Matemática, não passa de uma boa ideia... Que talvez se possa aplicar no próximo ano lectivo.

Cá por mim, estou convencido que, desta vez, o “Trio da Demagogia” actuou por antecipação – anunciou um plano para 2005/06, mas na verdade estavam só a pensar em 2006/07, ou talvez para mais tarde...

Talvez para o tempo em que um ministro competente apareça na Avenida 5 de Outubro! ▶

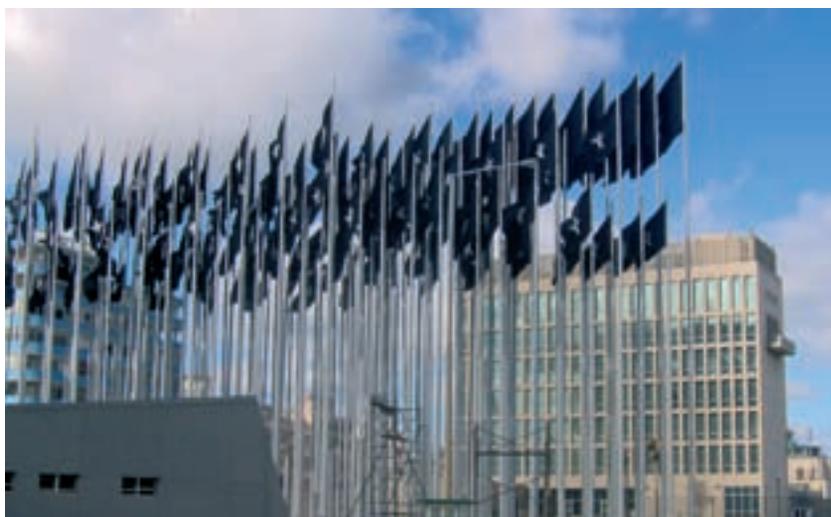
João Paulo Silva,
EB2,3 de Argoncilhe
(Direcção do SPN)

Pedagogia 2007 em Havana

Com o patrocínio de prestigiadas organizações nacionais, regionais e internacionais (UNESCO e UNICEF, entre outras), o Ministério da Educação da República de Cuba está a promover a décima edição do congresso "Pedagogia", que decorrerá no Palácio das Convenções, em Havana, de 29 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2007. Trata-se de um encontro mundial que convoca à unidade dos educadores e que permite analisar e debater estratégias e alternativas e intercambiar experiências.

As temáticas do "Pedagogia 2007" são: Educação e Formação de Valores; Educação e Cultura Geral e Integral; Educação Física, Desporto e Desenvolvimento Social; Educação

Ambiental para um desenvolvimento sustentável; Promoção e Educação para a Saúde no âmbito escolar; Educação Sexual, família, mulher e equidade de género; Investigação Educativa; Ciência e Educação; Avaliação da qualidade da educação; As tecnologias da informação e as comunicações na transformação dos processos educacionais; A atenção integral à infância dos zero aos 6 anos; A mudança educativa na educação primária; Educação Especial e integração social; A Educação Secundária Básica actual: desafios e perspectivas; O bacharelado e a formação de profissionais de nível médio e médio-superior; Alfabetização e Educação de profissionais de nível médio e médio-superior; Alfabetização e Educação de jovens e adultos; A formação inicial e permanente do pessoal docente; Educação Superior. ▶



PROGRAMA GERAL

Cursos pré-evento: 29/Jan • **Cursos paralelos:** 30/Jan - 01/Fev • **Abertura:** 29/Jan • **Conferência especial do ministro da Educação:** 29/Jan • **Conferências especiais:** 30/Jan - 02/Fev • **Simpósios e fóruns:** 30/Jan - 02/Fev (teleconferências, conferências temáticas, mesas-redondas, painéis, oficinas, apresentação de cartazes) • **Visitas a centros educativos:** 30/Jan - 01/Fev • **Exposição permanente:** 30/Jan - 02/Fev • **Projectão de vídeos e documentários didácticos:** 30/Jan - 02/Fev • **Gala cultural:** 31/Jan • **Encerramento:** 02/Fev

Inscrições

Delegado: 150 CUC – inclui credencial, participação nas sessões científicas, cerimónias de abertura e encerramento, gala cultural, visita a um centro educativo, pasta com a documentação (programa científico, CD-ROM, outros materiais), certificado de assistência e certificado de autor ou co-autor por cada trabalho apresentado. Acompanhante: 80 CUC – inclui credencial, participação nas cerimónias de abertura e encerramento, gala cultural e visita a um centro educativo.

Apresentação de trabalhos

O Comité Científico reserva-se o direito de aceitar ou não os trabalhos apresentados, de acordo com a avaliação que faça dos mesmos. A aceitação ou rejeição do trabalho será informada oportunamente aos autores, mediante carta assinada pela presidente do Comité Científico. Para considerar a inclusão do trabalho no evento, pelo menos um dos autores deverá estar acreditado. Os resumos e trabalhos deverão ser apresentados em suporte electrónico, como documento Microsoft Word (97, 2000 ou XP) com formato A4 e fonte Arial 12. Deverão ser enviados em espanhol. Data final de entrega dos resumos: 29 de Dezembro de 2006.

Alojamento

HOTEL	duplo	single
Nacional *****	1.315	1.495
Melia Cohiba *****	1.335	1.630
Melia Habana *****	1.230	1.465
Habana Libre *****	1.230	1.465
Plaza ****	1.130	1.280
Inglaterra ****	1.130	1.280
Riviera ****	1.120	1.260
Occidental Miramar ****	1.130	1.285
Chateau Miramar ****	1.150	1.270
Panorama ****	1.150	1.285
Comodoro ****	1.095	1.195
Vedado ***	1.025	1.095
St. John's ***	1.025	1.095
Neptuno/Triton ****	1.045	1.125
Lincoln ***	995	1.065
Kholy/Bosque ****	995	1.095

Todos os preços em CUC (peso convertível cubano)
Incluem: voo regular Madrid-Havana-Madrid, desde Lisboa ou Porto; transferes de chegada, para os eventos diários, e de partida; 7 noites em APA no hotel seleccionado; assistência e seguro de viagem
Não incluem: taxas de aeroporto e combustível (+/- 147); visto de Cuba (35); Taxa de Cuba (25); inscrições nos eventos

Mais informações

Best Cuba, C.C. Olivais Shopping, Lj. 104; olivais.elizabeth@besttravel.pt; telefone 218 550 884; fax 218 550 888.

Maputo acolheu, em Setembro, a II Conferência Extraordinária dos Ministros da Educação da União Africana. O encontro serviu para ensaiar um balanço da I Década da Educação em África, que decorreu de 1997 a 2006 – reflexão que antecedeu o lançamento de outra iniciativa do género, designada por II Década da Educação em África, com objectivos e plano de acção definidos para o período 2006-2015.

As reflexões produzidas, o conteúdo da Declaração de Maputo sobre Educação e os discursos que impregnam a linguagem oficial retomam, de uma forma geral, algumas constantes que se repetem, invariavelmente, nas posições dos governos africanos e nos documentos emanados de organizações internacionais. Um misto de impotência e optimismo, que faz transitar para os planos seguintes as metas que ficaram por atingir, perfila-se a par de uma retórica que se assume como condição (quase) suficiente para transformar a realidade e de uma insistente crença de que o desenvolvimento é corolário automático dos esforços e investimentos colocados na educação, subestimando-se toda a plêiade de variáveis que contribuem para definir ou determinar o lugar dos países africanos no sistema internacional.

As metas da I Década que ora transitam para o período seguinte estão sintonizadas com alguns dos chamados Objectivos do Milénio, e o fracasso das primeiras coincide com o (previsível) insucesso dos segundos. No genérico desiderato “Educação de Qualidade para Todos” cabem objectivos que pouca gente parece acreditar ser possível alcançar em 2015: ultrapassar as desigualdades de género no acesso à educação, qualidade de ensino, formação satisfatória de professores, etc., etc...

Discurso e realidade nas políticas educativas em África



Antes da interrogação sobre as razões do fracasso de determinadas políticas parcelares, seria capital esclarecer o círculo vicioso das projecções e volições irrealistas.

Não se trata de meras coincidências. Os governos desenham políticas e planos que, logo numa primeira análise, revelam estreita fidelidade a programas definidos supranacionalmente, ao nível das instâncias internacionais com capacidade (crescente) para influírem sobre o sentido dessas (e doutras) políticas. É conhecida, por exemplo, a reserva com que algumas vozes têm acolhido a progressiva substituição da UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] pelo Banco Mundial no que concerne a essa capacidade.

Outras críticas mais contundentes a estas políticas têm vindo a lembrar que a sua definição está menos sustentada em bases realistas, de conhecimento e estudo de realidades concretas (que em África são, também, plurais), do que em lógicas e interesses internos dessas mesmas instituições.

Entretanto, para a próxima década, a esperança reconstrói-se e alimenta-se, de novo, com números, cifrões e programas. E espera-se, ainda, que o verbo mova montanhas. A fala de um dos governantes presente na cimeira fica como discurso simbólico da tal fé, ao sublinhar que a agenda do encontro “constitui-se em mais uma avenida para uma intervenção conjunta rumo à edificação de uma África desenvolvida e próspera”. E não é difícil, uma vez mais, ver nestes discursos, assim como na retórica dos programas nacionais, espelhos de um outro discurso, transnacional e sem pátria.

Os subscritores da Declaração de Maputo assumem o compromisso de ampliar a fatia dos orçamentos dos respectivos Estados dedicada à educação, mas subsistem cada vez menos dúvidas de que, para a exequibilidade dos programas, haverá que compreender as razões dos desaires dos planos anteriores, o que só será possível com investigação e produção de conhecimento que aclare especificidades, erros e resistências.

O que coloca, inevitavelmente, o problema da adequação dos paradigmas e das estratégias institucionais – que é, afinal, o da relação entre discurso e realidade. ▀

Humberto Lopes,
doutorando em
Ciências da Educação (FPCE-UP)

Percursos misteriosos

“Mistérios. Revelam-se, aqui, pequenos segredos”, diz José Manuel Soares, que invoca Berenice Abbott e Walker Evans e recolheu provetas e luminescências. Coisas úteis, portanto. Sobretudo quando se trata de um projecto de vida. Da Vida: célula, ADN, suor, luz... “Aquela luz”. Admiração. Silêncio.

“Alguém fala de coisas que entre nós sussurrámos. A medo. Doenças que se escrevem com lágrimas. Agora, aqui, por entre estas imagens aparecem vestidas de primavera/esperança”. O futuro. O passado. A pergunta original: de onde viemos?

“Por entre infinitas coisas indecifráveis encontro os códigos, reconheço-os, são-me familiares: filhos, amores, risos. Flores que vão ficando secas na memória”. Mistérios... Percursos.

“Percursos - Ciência | Arte”

Fotografia/vídeo de José Manuel Soares
Galeria do Palácio de Cristal, Porto
Até 30 de Setembro

Momentos e módulos da exposição

1. admiração (imagens da ciência; mediação dos objectos de uso científico para a produção de imagens; utilização das imagens produzidas em contexto científico alterando, por vezes, a escala, sem alterar o seu propósito)
2. ferramental e manipulação (objectos, sítios, personagens)
3. pessoas e habitats (trabalhadores da ciência, a sua relação com os espaços de trabalho e com o mundo)

Organização: Universidade do Porto

Colaboração: Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto (Projecto Porto Cidade da Ciência)



O (des)governo da educação em debate

Para discutir e analisar o governo da educação na conjuntura de mudanças que as sociedades contemporâneas atravessam, o Fórum Português de Administração Educacional promove um colóquio em que estarão em foco os novos modos de regulação do sistema de ensino e os seus actores.

Em grande número de países ocidentais, os modos de regulação dos sistemas educativos foram sujeitos, a partir dos anos 70, a fortes pressões para a mudança – pressões tributárias do actual questionamento sobre o papel e funções do Estado na regulação das sociedades.

As concepções de menor protagonismo dos poderes públicos, que vão de uma visão minimalista até uma visão mais intervencionista, tornaram-se dominantes no campo político-ideológico, através da recuperação de doutrinas neoliberais.

Este processo de redefinição dos papéis do Estado foi acompanhado por orientações políticas de desregulamentação e desregulação públicas e tem-se traduzido em mudanças no modo de regulação dos sistemas de ensino.

“Governo da Educação: Modos e Actores Emergentes”

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Alameda da Universidade, Lisboa
12 de Outubro

Organização

Fórum Português de Administração Educacional

Informações: Telefones 210 113 471 / 263 270 575;
beatrizbettencourt@yahoo.com / llvdinis@netcabo.pt

COLÓQUIO
GOVERNO DA EDUCAÇÃO
Modos e Actores Emergentes

12 Outubro 2006
FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE LISBOA
Alameda da Universidade
1649-013 LISBOA

Inscrição obrigatória
Sócios (gratuita)
Não Sócios (10 Euros)

Apóio de

INFORMAÇÕES:
beatrizbettencourt@yahoo.com
llvdinis@netcabo.pt
http://www.fgpc.ul.pt/fgp/fgpac/

Novas dimensões do sistema educativo

“Educação, Diversidades e Cidadanias” é o tema do II Colóquio de Sociologia da Educação e Administração Educacional, que o respectivo departamento da Universidade do Minho está a promover.

Um tema tanto mais actual quanto parece certo – referem os especialistas – que a diversidade de públicos escolares constitui uma fonte de desafios ainda não completamente (re)conhecidos.

No entanto, o pluralismo cultural é uma constante bem antiga no sistema educativo, que há décadas acolhe populações crescentemente heterogéneas. O que parece representar uma nova realidade é o facto de a interacção com sujeitos de múltiplas diversidades constituir o desafio normal e quotidiano da acção pedagógica.

A construção dos cidadãos foi entregue à instituição escolar há alguns, poucos, séculos. Agora, que as cidadanias se pluralizam por referência a entidades políticas em reinvenção, também o sistema educativo parece encontrar-se em transfiguração quanto às suas missões, possibilidades ou fronteiras.

“Educação, Diversidades e Cidadanias”

Universidade do Minho, Campus de Gualtar
29 e 30 de Novembro

Organização

Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional da Universidade do Minho

Informações

Telefone 253 604 240
cseae@iep.uminho.pt

II COLÓQUIO
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

29 | 30 | NOVEMBRO | 2006
BRAGA | UNIVERSIDADE DO MINHO | CAMPUS DE GUALTAR | CP II | AUDITÓRIO B1

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADES E CIDADANIAS



Os diamantes são para sempre

Há uns anos, um pouco por acaso, conheci Tetê Espíndola. E fiquei cativado ao primeiro encontro. Aquela voz tinha mesmo pássaros na garganta.

Nesses idos de 80, colaborava eu numa rádio local, quando uma promotora discográfica passou pelo estúdio a “impingir” alguns produtos, provavelmente independentes. Recordo ter descoberto nessa altura que também havia tango na outra margem do Rio de la Plata e que o Brasil não se limitava a Elis, Bethânia, Gal...

“Pássaros na garganta” era exactamente um álbum da Tetê, que ouvi e fiz ouvir até à exaustão (impossível), que explorei com decibéis de fazer vibrar o vidro da janela... Uma voz rara, de timbre e extensão ímpares, que nunca mais esqueci.

Não esqueci a voz, mas, com o passar dos anos, o vinil ganhou sumiço. E com ele o nome. Até que, há cerca de dois anos, encontrei um papelucho amarelento e amarrotado, com duas palavras mágicas: Tetê Espíndola.

Não cabem aqui as peripécias, mas após muitas tentativas para obter discos dela – importação, venda directa, compra no Brasil... –, mão amiga, há poucos dias chegada de Fortaleza, surpreendeu-me com a última (ou penúltima) gravação da Tetê.

Ao que parece, «Zencinema» é uma experiência em que faz uso de uma voz cool – o timbre agudo apenas surge em momentos especiais. Ela própria explica: “é um momento especial na minha carreira, repleta de multiplicidades. Dominar a minha voz não foi fácil. Cantar o avesso, o suave. Explorar o meu timbre médio-grave, e apenas mostrar os agudos como diamantes solitários”...

«Zencinema» não me trouxe de volta os pássaros na garganta, mas trouxe outra grande voz. Se a Tetê permitir, quando esta edição chegar aos leitores, estarão disponíveis no banner da «SPN-Infomação» (em www.spn.pt) duas canções. Para que mais ouvidos possam desfrutar desta voz iluminada. ▶

**António
Baldaia**

P.S. A rádio a que me refiro foi um projecto *muito* acarinhado e trabalhado por *muitas* boas-vontades, algumas *muito* mal compreendidas em diferentes momentos. E tinha um pergaminho, que os seus funcionários e colaboradores sempre se esforçaram por respeitar. Embora o alvará tivesse sido atribuído a uma cooperativa constituída para o efeito, “era” a antena dos trabalhadores, da União dos Sindicatos do Porto (também do SPN). Hoje – 20 anos depois de eu lá ter chegado, e quando o movimento sindical tanto se lamenta das dificuldades em *passar* na comunicação social –, ainda dá que pensar a *facilidade* com que nos *desfizemos* da frequência, vendida às hegemónicas cadeias nacionais... Ainda incomoda a forma como, não direi *malbaratámos*, mas como não *acutelámos* um património que podia e devia estar, ainda hoje, ao serviço das causas dos trabalhadores. Ainda dói o silenciamento da Rádio Activa – o som do Porto... Que, ao menos, se tenha aprendido com a experiência!

Pensamento para o dia 5 de Outubro

Hay hombres que luchan un día, y son buenos.

Hay otros que luchan un año, y son mejores.

Hay quienes luchan muchos años, y son muy buenos.

Pero hay los que luchan toda la vida – esos son los imprescindibles.

Bertolt Brecht



nesta edição

- a abrir
- 02 **Edição das memórias marca centenário de Gedeão**
- editorial
- 03 **5 de Outubro de 2006: uma data para a história**
- acção sindical
- 04 **A resposta dos professores**
05 **Marcha Nacional de Educadores e Professores**
06 **A varinha, a feiticeira ou a luta?**
08 **Estatuto? Mas qual estatuto?!**
09 **O que propõe o ME**
10 **Balanço dos concursos: negativo, pois claro!**
12 **Fenprof assinou CCT com a CNIS**
13 **Mudanças no Ensino Recorrente**
14 **Equiparação a bolseiro: outra vez o economicismo do ME**
- do superior
- 15 **Medidas positivas não substituem subsídio de desemprego**
- legislação
- 16 **Consultório Jurídico: distribuição do serviço docente**
- em foco
- 17 **SPN, uma força que conta: somos o maior sindicato do Norte e o segundo do país**
- destaque
- 18 **5 de Outubro também é Dia Mundial do Professor**
19 **Ser professor hoje**
21 **Queremos ser tratados com respeito**
23 **É crime ser professora?**
- notícias do spn
- 24 **“Que estatuto? Que carreira? Que resposta dos professores ao projecto neoliberal para a Educação?”**
25 **Em memória de Manuel Lopes**
- país
- 26 **Movimento sindical empenhado na luta pela valorização do serviço público de Educação**
- opinião
- 27 **Matemática: para quando a acção?**
- internacional
- 28 **Pedagogia 2007 em Havana**
- crónica
- 29 **Discurso e realidade nas políticas educativas em África**
- apostas spn
- 30 **Uma exposição e dois colóquios**
- A fechar
- 31 **Pensamento para o 5 de Outubro**